

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA

PAULA FERREIRA DA SILVA

PROPOSTA DE POLÍTICA PARA O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA PUC-RIO

Rio de Janeiro
2015

PAULA FERREIRA DA SILVA

PROPOSTA DE POLÍTICA PARA O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA PUC-RIO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof. Dra. Lidiane dos Santos Carvalho

Rio de Janeiro

PAULA FERREIRA DA SILVA

PROPOSTA DE POLÍTICA PARA O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA PUC-RIO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em _____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lidiane dos Santos Carvalho
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

MSc. Ana Maria Neves Maranhão
ICICT/ FIOCRUZ

Prof. Dr. Cláudio José Silva Ribeiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

À minha família, por todo apoio, paciência
e compreensão durante toda a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus, por ter colocado em minha vida pessoas tão especiais que puderam me nortear na vida. Agradeço, também, por ter me dado fé, saúde e força para tornar possível tudo o que sempre achei distante.

Agradeço à minha mãe, pois sem seu amor, dedicação e várias renúncias não teria me tornado a mulher que sou hoje.

Ao meu pai (*in memoriam*), que nas poucas lembranças que tenho consigo sentir ainda seu amor.

Aos meus irmãos, por todo incentivo, paciência e amor.

A todos os professores da UNIRIO, por tamanha dedicação e compromisso com a excelência do ensino mesmo diante de tantas dificuldades.

À minha amada Professora e Orientadora Lidiane dos Santos Carvalho, pela disponibilidade e dedicação ao compartilhar seus conhecimentos e valiosas sugestões que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

À Ana Maranhão por sua compreensão, seu conhecimento, força e ajuda que me impulsionaram na pesquisa.

Aos meus amigos de jornada e de vida, Monica de Oliveira, Marta Bela, Paloma Moreira, Graziela Burnett, Ana Ribeiro, Edson Sousa, Teresa Cristina e Tatiane Freire, sem vocês nada seria possível, afinal a vida é feita de amigos!

À DBD e aos seus funcionários, em especial, à Diretora Dolores Rodriguez Perez, por sua confiança e apoio incondicional.

Às pessoas que torceram por mim e às que não torceram, pois umas me incentivaram e outras me fizeram perceber que eu poderia ser melhor do que me mostrava.

"O que precisava fazer era ficar em pé na encruzilhada do presente e olhar o passado com sinceridade; e escrever o futuro como se estivesse reescrevendo o passado."

(Haruki Murakami)

RESUMO

Como parte da análise do campo empírico, analisa e descreve a cultura organizacional, do caso estudado visando elucidar elementos constituintes de uma melhor aceitação no processo de implantação e criação da política do Repositório institucional (RI). Como procedimento sistemático de construção e conhecimento, a pesquisa baseia-se fundamentalmente no estudo de um caso, o da PUC-RIO seguida de uma Revisão da Literatura com o objetivo de elucidar elementos para uma melhor compreensão dos procedimentos disponibilizados no repositório de políticas de RI (ROARMAP) referente às questões normativas para a implantação de repositórios. O crescimento do Movimento Internacional de Acesso Aberto, alerta para as mudanças no acesso e no uso das informações produzidas pelas instituições de pesquisa e universidades e implica em transformações nas estruturas de comunicação científica. Destaca movimentos globais para acesso e uso da informação científica especialmente como o da via verde e a via dourada. Assume o papel que a academia apresenta neste contexto de transformação e quebras de paradigmas nas pesquisas científicas.

Palavras-chave: Comunicação científica; Acesso aberto; Repositório Institucional; Políticas para RI; Universidade.

ABSTRACT

As part of the empirical field analysis, analyzes and describes the organizational culture, the case study to elucidate constituents better acceptance in the deployment process and creation of institutional repository policy (RI). As systematic procedure of building and knowledge, research is mainly based on a case study, the PUC-RIO followed by a Literature Review in order to elucidate elements for a better understanding of the procedures available in the RI policy repository (ROARMAP) regarding the policy issues for the implementation of repositories. The growth of International Open Access Movement, alert to changes in access to and use of the information produced by research institutions and universities and implies changes in scientific communication structures. Highlights global movements for access to and use of scientific information especially as the green route and the golden road. It takes on the role that the academy has in this context of transformation and paradigm breaks in scientific research.

Keywords: Scientific communication; Open access; Institutional repository; Policies for RI; University.

LISTA DE SIGLAS

ARCA - Repositório Institucional Fiocruz
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BOAI - Budapest Open Access Initiative
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC - Creative Commons
CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.
CI - Ciência da Informação
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CVM - Compenting Value Model
DBD - Divisão de Bibliotecas e Documentação
EAD – Educação à Distância
EDUFBA - Editora da Universidade Federal da Bahia
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICICT - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
ICT- Informação Científica e Tecnológica
LDA – Lei de Direito Autoral
LNCC - Laboratório Nacional de Computação Científica
MARC - Machine Readable Cataloging
MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia
OA - Open Access
OAI - Open Access Initiative
OAS - System Reference Model
OSI - Open Society Institute
PAAC - Política de Acesso Aberto ao Conhecimento
PIIUFRA - Política Institucional de Informação da Universidade Federal de Lavras
PUC-RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde.
RI - Repositório Institucional
RIUFLA - Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras

RI - Repositório Institucional

ROAR - Registry of Open Access Repositories

ROARMAP- Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies

SciELO - Scientific Electronic Library Online

TCC - Trabalho de conclusão de curso

TIC - Tecnologias da Informação e da Comunicação

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFLA - Universidade Federal de Lavras

UMinho - Universidade do Minho

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	CONTEXTO INSTITUCIONAL: A CULTURA ORGANIZACIONAL DA PUC-RIO.....	14
2.1	Divisão de Bibliotecas e Documentação da PUC-Rio.....	14
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
3.1	Movimento Acesso Aberto.....	17
3.2	Via Dourada.....	19
3.3	Via Verde.....	20
4	METODOLOGIA.....	23
5	MUDANÇAS NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.....	25
6	DIRETRIZES PARA POLÍTICAS DE RI.....	35
6.1	Responsabilidades.....	36
6.2	Conteúdo.....	37
6.3	Aspectos legais.....	38
6.4	Padrões.....	39
6.5	Preservação digital.....	40
6.6	Política e níveis de acesso.....	41
6.7	Sustentabilidade e financiamento.....	42
7	POLÍTICAS DE RI.....	44
7.1	Universidade Federal da Bahia.....	44
7.2	Universidade Federal de Lavras.....	47
7.3	ARCA/FIOCRUZ.....	54
8	RESULTADOS.....	60
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
	REFERÊNCIAS.....	66

1 INTRODUÇÃO

A informação científica é considerada elemento base do desenvolvimento técnico-científico, entretanto, o acesso e uso a informação científica tem se tornado alvo de especulação econômica enfrentando inúmeras dificuldades de acesso, uma vez que utilizar a informação implica em compra de assinaturas em empresas proprietárias de bases de dados e editoras dificultando o livre acesso a informação científica.

O fator tecnologias e a internet implica em dois movimentos, o primeiro, da expansão de serviços de informação na lógica proprietária da indústria e comércio editorial no segundo momento, a possibilidade de enquadramento de formas colaborativas de produção acesso e uso da informação científica na lógica do acesso aberto, como alternativa ao monopólio editorial e é nessa última perspectiva que emerge os repositórios institucionais de livre acesso ao conhecimento científico. Embora, o desenvolvimento dos Repositórios Institucionais (RI's), ainda que em fase de desenvolvimento no Brasil, mostra-se como uma dessas alternativas de comunicação científica. Esta estratégia permitiu às universidades assumir um papel importante, o de disseminar e alavancar a produção científica no meio acadêmico.

Desde 2002, quando emergiu o desenvolvimento dos Repositórios Institucionais, podemos notar o crescimento e a grande aceitação por parte dos pesquisadores e da comunidade científica para este, que parece ser um dos melhores produtos das novas tecnologias, modificando os padrões de acesso. Esta iniciativa, que em sua maioria, provém de universidades, berço da produção técnico-científica de uma nação, será base para esta pesquisa.

Sabe-se que para um projeto de criação de RI faz necessário compreender alguns conceitos e determinar diretrizes para a criação de uma política para a condução de um trabalho sério e responsável, que atenda a comunidade como um todo. Mas para isso, não podemos deixar de compreender a cultura organizacional e o ambiente em que será inserido este projeto. Além disso, precisamos analisar a melhor forma de armazenamento e apresentação da interface do RI, promovendo assim, uma forma aplicável e de fácil manuseio no auto arquivamento do usuário.

O problema de pesquisa configura-se especialmente pelo debate entre o livre acesso ao conhecimento em detrimento as grandes corporações editoriais. E justifica-se fundamentalmente pela necessidade do universo biblioteconômico investigar as melhores práticas no sentido de propor modelos para a implantação eficaz de Repositório-

rios Institucionais, promovendo o acesso, divulgação e promoção da informação, conforme o legado humanista da profissão.

Assim, propomos um modelo de política de desenvolvimento de repositórios considerando os interesses, características e necessidades da instituição. A pesquisa parte de uma pesquisa bibliográfica realizada a partir da base de dados de acesso aberto *Scielo*, no repositório de políticas de RI's¹ e de artigos publicados em congresso, visando responder a seguinte questão de pesquisa: Quais as recomendações políticas e tecnológicas para o desenvolvimento de repositórios?

A fim de responder à questão de pesquisa assinalada, a investigação tem por objetivo geral: propor políticas de desenvolvimento de repositórios institucionais, tomando por referência o caso da Divisão de Bibliotecas e Documentação da PUC-Rio (DBD PUC-Rio). Desse modo, os objetivos específicos, partem do objetivo geral desdobrando-se em: a) Identificar e descrever os conceitos concernentes a formação de diretrizes para a política do Repositório Institucional da DBD PUC-Rio; b) Avaliar a melhor usabilidade do sistema de armazenagem, entendendo a melhor forma de apresentação; c) Elucidar elementos históricos e de estrutura organizacional que formam parte da cultura organizacional, como o ambiente e a instituição, visando uma proposta integrada ao processo de implantação e criação da política do RI.

¹ Disponível em: <http://roarmap.eprints.org/>

2 CONTEXTO INSTITUCIONAL: A CULTURA ORGANIZACIONAL DA PUC-RIO

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) é uma instituição privada sem fins lucrativos, que procura a excelência na pesquisa, no ensino e na extensão para formar profissionais capacitados para exercer com primor suas funções. Além disso, é considerada uma das principais instituições de excelência em ensino de pós-graduação e pesquisa, além de ser pioneira no ensino de empreendedorismo nos cursos de graduação.

Atualmente, a PUC-Rio possui 12.600 alunos de graduação, 2.280 alunos de pós-graduação, 1.320 professores e 1.580 funcionários. Oferece 49 cursos de graduação, 55 cursos de especialização, 45 cursos de extensão, 27 cursos de mestrado e 22 cursos de doutorado.

2.1 Divisão de Bibliotecas e Documentação da PUC-RIO

A Divisão de Bibliotecas e Documentação é a unidade coordenadora do Sistema de Bibliotecas da PUC - Rio, que por sua vez é um órgão vinculado à Vice-Reitoria Acadêmica. O Sistema de Bibliotecas é composto pela Biblioteca Central e cinco Bibliotecas Setoriais: Biblioteca Setorial dos Centros de Ciências Sociais, Teologia e Ciências Humanas; Biblioteca Setorial do Centro Técnico Científico; Biblioteca Setorial do Centro de Estudos em Telecomunicações; Biblioteca Setorial de Informática e Biblioteca Setorial de Biologia.

A Biblioteca tem como missão facilitar o acesso e a difusão de recursos de informação, para benefício e crescimento intelectual dos usuários. Com o objetivo de desenvolver e disponibilizar serviços/produtos para seus usuários, a DBD conta com as seções:

- DCOL – Desenvolvimento de coleções e aquisição
- SPT – Seção de Processamento Técnico
- SAP – Seção de atendimento e pesquisa
- SAT – Seção de Automação

Os usuários da biblioteca são alunos de graduação, pós-graduação, extensão e EAD, professores, ex-alunos, funcionários, visitantes e bibliotecas externas. A biblioteca faz a divulgação e o marketing dos serviços disponíveis através das redes sociais (blog, twitter, facebook e youtube), cartazes pela PUC-RIO e informações no site da biblioteca.

Dados Estatísticos da DBD – 2013		
Acervo Físico	Títulos	174.200 títulos de livros e outros materiais
		3.991 títulos de periódicos
	Exemplares	235.075 exemplares de livros e outros materiais
		219.663 exemplares de periódicos
Acervo Eletrônico:		Cerca de 37.000 periódicos e 180.000 livros
PortalCAPES + Bases de dados assinadas pela Biblioteca		Cerca de 114 bases de dados em texto completo e 106 bases referenciais
T&Ds digitais da PUC-Rio		14.407 teses digitais
Usuários inscritos		35.644
Total de consultas e empréstimos		211.605
Total de atendimento on-line		3.068 (617 chats +2.451 solicitações de serviços)
Acessos ao site		671.922
Total de lugares		680 (dados de 2014)
Área Ocupada		4.324,66 m ²

Fonte: Divisão de Bibliotecas e Documentação²

Com esta estrutura a Biblioteca busca oferecer a coleção atualizada e fornecida de acordo com as necessidades dos usuários, pois é fundamental tornar a informação e os serviços úteis.

A DBD disponibiliza serviços para melhor atender os usuários. Alguns deles: a) acervo no Depósito Externo; b) empréstimo; c) treinamentos; d) visitas guiadas; e) sala multimídia; f) sala de estudo e treinamento; g) versão *mobile*; h) acesso remoto/área restrita; i) formulário para solicitação.

Oferece, ainda, serviços de referência virtual, atendimento via chat, acompanhamento e recebimento de artigos via site, *wifi* em todas as dependências e serviços de acesso remoto, que permitem a alunos e professores acesso a todos os recursos, mesmo quando estiverem fora do campus. Toda a coleção de teses e dissertações da Universidade está disponível para consulta em texto completo na internet, respeitando os direitos de autor, com acesso através do catálogo da biblioteca. São oferecidas orientações individuais para pesquisa e treinamentos nos recursos disponíveis, com uma programação já estabelecida.

O depósito externo é uma extensão da biblioteca onde são guardados livros e periódicos que não são utilizados com tanta frequência pelos usuários; é possível soli-

² Disponível em: <http://www.dbd.puc-rio.br/dbd.php>

citar obras que estão localizadas no depósito externo através do formulário de solicitações. O sistema de gerenciamento de bibliotecas utilizado é o *Pergamum*. Ele integra os serviços de aquisição, processamento técnico, catálogo e empréstimo, além do registro de usuários.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na fundamentação teórica abordam-se os assuntos relacionados às tecnologias da informação; a mudança na comunicação científica o acesso aberto especificamente a *Open Archive Initiative* (OAI) e suas vertentes (Via Dourada e Via Verde), os repositórios institucionais da ARCA e de três universidades analisando suas políticas que permeiam desde a estruturação, desenvolvimento, acesso e uso.

3.1 Movimento Acesso aberto

Da criação dos periódicos científicos, no século XVII, até o início da década passada as publicações estiveram sob a responsabilidade das editoras que faz o pesquisador ou a instituição na qual trabalha pagar para ter acesso a sua pesquisa financiada pelo governo. O que acontece é o governo financiando a produção científica e o acesso ao que é produzido no meio por três vezes. No desenvolvimento da pesquisa, na revisão pelos pares e na assinatura, tornando um ciclo de gasto com o dinheiro publico viciante. Segundo Le Coadic (2004, p. 9), “Os três processos – construção, comunicação e uso – se sucedem se alimentam reciprocamente.” Isso obriga o governo a financiar os três processos, já que não teria sentido desenvolver pesquisas no país se estas não pudessem ser divulgadas e publicadas, desenvolvendo a pesquisa científica no país e dando visibilidade a academia e seus pesquisadores. Para Kuramoto (2008, p. 862) “A informação científica é um insumo para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país. Esse insumo é resultado das pesquisas e estudos científicos”, mas se os resultados destas pesquisas são obtidos por meio de recursos públicos, a lógica indica que os resultados deveriam ser de acesso livre. Mas, o que não ocorre na comunicação científica tradicional.

Diante deste cenário e a crise dos periódicos em meados dos anos 80, que com o alto custo das assinaturas apresentados pelas editoras e a crescente demanda dos usuários em contra partida a falta de financiamento por parte governo, o que impossibilitou as instituições de pesquisa, universidades e as bibliotecas dos Estados Unidos de prosseguir com assinaturas e aquisições, a comunidade científica inicia ações e apresenta a necessidade de uma mudança na forma de pesquisa e interação (MUELLER, 2006 *apud* OLIVEIRA, 2013, p.24).

Com a crise dos periódicos e com o alto custo na manutenção das assinaturas das revistas científicas, esse acesso fica bastante limitado, tendo em vista o surgimento das novas tecnologias da informação e da comunicação. Surge, então, a Iniciativa de Arquivos Abertos (Open Archives Initiative - OAI), ou seja, acesso aberto que estabelece um modelo de interoperabilidade entre bi-

bliotecas e repositórios digitais e tem como objetivo criar uma alternativa para a comunicação científica, consolidando-se como um movimento que visa proporcionar acesso livre à informação científica no mundo inteiro, e pelos grandes editores (ALVES, 2008, p. 128).

O movimento do *Open Access* (OA), segundo Baptista (2007, p.2) iniciou-se no final de 2001, quando ocorreu uma reunião em Budapeste, promovida pelo *Open Society Institute* (OSI), em que resultou na criação do documento mais importante para a iniciativa do Acesso Aberto ou Livre, o como *Budapest Open Access Initiative* (BOAI)³. Ele, segundo a mesma autora, estabelece o significado e o âmbito do Acesso Aberto e, ainda define duas estratégias: a) quanto ao significado, começa por dizer que “uma tradição antiga e uma nova tecnologia convergiram para que se tornasse possível um bem público sem precedentes”. A tradição refere-se ao fato de os cientistas e acadêmicos terem sempre disponibilizado a título gracioso os frutos da sua investigação às editoras científicas (auto arquivamento ou VIA VERDE); b) Quanto à Internet, o bem público refere-se à possibilidade de distribuir universalmente, sem qualquer restrição de acesso, a literatura científica publicada em revistas previamente sujeitas à avaliação científica (publicação em revistas de acesso aberto ou VIA DOURADA).

A declaração define o acesso aberto como um bem público que possibilita a distribuição eletrônica das redes de literatura periódica e revisada por pares, completamente gratuita e sem restrições de acesso por toda a comunidade científica (BUDAPESTE, 2001). E ainda reitera que o acesso à literatura acelerará a investigação, desenvolverá a educação, facilitará e tramitará o aprendizado dos ricos com os pobres e dos pobres com os ricos. Essa literatura se fará tão útil quanto possível e estabelecerá as bases para unir a humanidade para a busca do conhecimento.

Henning (2013, p.22) apresenta em sua tese duas estratégias que o Brasil possui em relação ao estímulo à adoção de princípios desse movimento, mesmo que hoje tenhamos a informação de tantas outras iniciativas e ações, desde o “Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica”, lançado em setembro de 2005, pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), ao edital divulgado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), PCAL/XBDB n. 003/2009, que apoia projetos de implantação de repositórios institucionais em instituições públicas, e a tantas outras que surgiram.

Então, para Baptista (2007, p.2), o Acesso Livre é simultaneamente o resultado: (1) de uma reação dos pesquisadores ao modelo de negócios de editoras comerci-

³ Disponível em: <http://www.soros.org/openaccess>

ais de revistas científicas (e seus preços cada vez mais altos preços de assinatura); e da (2) crescente conscientização do aumento de impacto provocado pela disponibilização de documentos científicos livres de barreiras ao acesso. E ainda acrescenta que o grande motivo para o movimento mundial em favor do Acesso Livre a resultados de pesquisa é a disseminação ampla e irrestrita dos resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos, já que o governo financia o desenvolvimento delas. Portanto, os benefícios de tal movimento são, entre outros, a maior visibilidade das pesquisas e sua utilização pelo maior número possível de pesquisadores, promovendo o desenvolvimento da ciência.

Sendo assim, existem várias definições sobre o Acesso Livre. Uma das que mais se destaca é que o Acesso Livre diz respeito à acessibilidade ampla e irrestrita a conteúdos disponíveis em formato digital, (BAPTISTA, 2007, p.5) neste sentido, ela derruba as barreiras de preço e de permissão e torna a literatura científica disponível com o mínimo de restrições de uso.

A Declaração de Budapeste apresentou definições, princípios e estratégias comprometidos com o Acesso Livre e definindo duas estratégias de acessibilidade à produção científica. A seguir, conceituaremos cada uma delas.

3.2 Via Dourada

A primeira estratégia definida em Budapeste foi conceituada por Henning (2013, p.86) como a que possibilita o acesso de forma aberta, gratuita e irrestrita aos artigos de periódicos científicos, sem restrições de acesso ou uso garantido pelos próprios editores, chamada de Via Dourada.

Para Leite (2009, p.6) ao publicarem em periódicos de acesso aberto, os pesquisadores potencializam a comunicação científica, ampliando o diálogo entre os seus pares. As barreiras econômicas enfrentadas pelos centros de pesquisa e unidades de informação são quebradas e estabelece um fluxo de comunicação direta proporcionando importantes avanços científicos. Leite ainda acrescenta:

Nesse sentido e como forma de comprovação da adesão global ao movimento de acesso aberto, foram criadas várias ferramentas que permitem a produção de periódicos de acesso aberto. Estas ferramentas, além de propiciar maior rapidez ao processo editorial, são desenvolvidas em software livre (open source) e, em grande parte, construídas de forma colaborativa, o que propicia a criação de fóruns de desenvolvedores e de usuários. Cada dia, no Brasil e no mundo, a utilização desse tipo de ferramenta vem crescendo de forma a comprovar que há de fato uma mudança no paradigma da comunicação científica mundial (LEITE, 2009, p.6).

É importante ressaltar que a Via Dourada das publicações em revistas científicas é realizada com publicações avaliadas por seus pares. Além disso, permite o acesso irrestrito a todos, totalmente gratuito sem nenhum custo. Isso se dá no momento em que os pesquisadores ou acadêmicos cedem seus direitos autorais patrimoniais para o periódico, no ato da publicação. O acesso se dá via Internet e nada é cobrado. A revista busca financiamento externo para sua sustentabilidade (HENNING, 2013, p.87).

3.3 Via Verde

A outra estratégia definida em Budapeste foi conceituada, também, por Enem (2013, p.86) como o sinal verde para o auto arquivamento, pelos próprios autores, da produção científica em repositórios institucionais, de artigos já legitimados pelos pares. A Via Verde sugere que esses mesmos cientistas, pesquisadores e acadêmicos disponibilizem a sua produção científica, por meio da prática do autoarquivamento, em repositórios institucionais de acesso livre. Podendo arquivar diversos tipos de produtos tais como: artigos científicos avaliados por seus pares, teses e dissertações, relatórios de pesquisa, relatos de experiência, comunicação oral de eventos científicos, em fim, tudo que estiver relacionado à produção científica do pesquisador.

Com relação ao impacto do resultado das pesquisas científicas, vários estudos comprovam que os artigos que estão abertos ao acesso livre são inúmeras vezes mais baixados e conseqüentemente mais citados do que aqueles fechados de acesso pago, dando muito mais visibilidade ao pesquisador e conseqüentemente a sua instituição.

Ainda para Enem (2013, p.87), o acesso livre à informação científica, numa perspectiva mais ampla, agencia a socialização do conhecimento, garantindo acesso irrestrito e integral aos conteúdos digitais produzidos pela comunidade científica, quebrando as barreiras econômicas e de acesso, permitindo leituras a literatura científica sem restrições.

Portanto, torna-se importante passo para as academias a criação de repositórios institucionais (RIs) para a organização e disseminação da produção científica das instituições de pesquisa, possibilitando o armazenamento e divulgação da produção científica da instituição. A disseminação de RIs tem levado as instituições de pesquisa a pensar na importância da criação de políticas de informação institucionais e trazendo benefícios incontestáveis à gerência da produção científica (LEITE, 2009, p.7).

O autor justifica que a criação de RI's além de promover a instituição no campo científico, ela aumenta a visibilidade da produção acadêmica, retornando uma

resposta positiva financeiramente através de projetos, aumentando a competitividade e um consequente avanço da ciência.

Isto significa que as universidades e centros de pesquisa que aderirem ao movimento construindo os seus RIs estarão promovendo maior acesso à informação científica. As estratégias adotadas para a implantação do acesso aberto provocaram, conforme estudos realizados por Harnad e seus colaboradores, considerável aumento na visibilidade dos trabalhos disponibilizados em RIs de acesso aberto. Em algumas áreas do conhecimento verificaram-se incrementos superiores a 200% na média de citações. Esses estudos demonstraram não só o aumento na visibilidade, mas também no uso e impacto dos resultados das pesquisas depositados em RIs. Naturalmente, esses resultados são também transferidos às instituições mantenedoras desses RIs. É importante ressaltar também o saudável ganho de competitividade dessas instituições, o que leva, conseqüentemente, ao maior e mais rápido avanço da ciência (LEITE, 2009, p.6).

Logo, comparando as duas estratégias, a Via Verde é a que apresenta a melhor vantagem custo/benefício, já que depende somente da própria comunidade científica, formada por pesquisadores ligados às instituições de pesquisa e acadêmicos ligados às universidades. As universidades e instituições de pesquisa criando os seus repositórios institucionais (RI's), poderão armazenar toda a produção científica de seus acadêmicos, cientistas e pesquisadores.

Os autores consultados comprovam a viabilidade da Via Verde como a opção que melhor resolve o problema do acesso livre à informação científica, mesmo que parcialmente. O autoarquivamento em repositórios institucionais ou equivalentes, conforme destacado por Rodrigues (2009, p. 25), possibilita a disseminação do conhecimento, maximiza o acesso à pesquisa, aumenta o impacto das pesquisas, resultando na produtividade e o progresso da ciência.

Podendo armazenar as diferentes formas de produção científica como afirma:

A Via Verde, por outro lado, sugere que esses mesmos cientistas, pesquisadores e acadêmicos disponibilizem a sua produção científica, por meio da prática do autoarquivamento, em repositórios institucionais de acesso livre. Podem ser arquivados artigos científicos avaliados por seus pares, teses e dissertações, relatórios de pesquisa, relatos de experiência, comunicação oral de eventos científicos, em fim, tudo que estiver relacionado à produção científica do pesquisador (HENNING, 2013, p.87).

Assim, como comprovado exhaustivamente o que dizem os diversos autores citados, a Via Verde, se dá pela via dos repositórios. Por isto, para esta estratégia, quem garante o acesso a publicação é o próprio pesquisador, que pode submeter seu artigo a um periódico com a condição de poder disponibilizar uma versão pré-

print ou a pesquisas já concluída em um repositório de acesso livre. (HARNAD, 2005, *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 27).

As vantagens do Acesso Aberto mencionadas ao longo deste capítulo, seja o fator social, econômico, científico e governamental, Swan (2012, p.7) acrescenta: a) O acesso aberto promove a velocidade, eficiência e eficácia da pesquisa; b) O acesso aberto é um fator que possibilita a interdisciplinaridade da pesquisa; c) O acesso aberto aumenta a visibilidade, uso e impacto da pesquisa; d) O acesso aberto permite que todos os profissionais de todas as áreas se beneficiem da pesquisa; e) Aumentou novas modalidades de negócios, no campo da publicação periódica, para os repositórios de acesso livre e criadores de serviços que fornecem novas necessidades, processos e sistemas com novos métodos de disseminação.

Assim, conferimos os conceitos primários para o desenvolvimento da pesquisa e compreensão dos termos necessários para que a comunidade acadêmica possa ter a percepção do quanto se tornou importante e diferenciado pensar o Acesso Aberto, principalmente nas instituições de ensino superior, onde a produção científica é evidentemente forte, constituindo um dos mais importantes canais para o desenvolvimento técnico-científico do país e do mundo.

4 METODOLOGIA

O método empregado para análise será o de estudo de caso, conforme descreve Yin (2005, p.105). O estudo de caso é recomendado nas situações em que se observa aspectos particulares de uma determinada cultura organizacional.

Para chegar ao objetivo proposto nesse trabalho adotamos como método de investigação a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica como menciona Gil (2002, p.44) é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Podemos, classificar esta pesquisa como descritiva porque a análise dos dados parte da indução, uma vez que o processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Para a realização desta pesquisa, também foram utilizados procedimentos exploratórios. Considerando uma pesquisa descritiva, apoiada na pesquisa bibliográfica, empregou-se para análise e contextualização dos dados, a técnica da observação direta, a fim de identificar as políticas dos respectivos repositórios institucionais. Recordamos com a pesquisa exploratória de acordo com Gil (2002, p.45) tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema.

Nesse sentido, a primeira etapa da pesquisa bibliográfica consiste em uma pesquisa do objeto temático “Políticas de repositório institucional”, em bases de dados de acesso livre que recuperou cerca de vinte artigos que, após a leitura dos resumos e escolha de cinco trabalhos, resultou num *corpus* textual que indicou a necessidade de compreender conceitos para que pudesse levantar questões relevantes para a criação de uma política constituída de forma a traduzir a realidade nosso objeto de estudo (PUC-Rio). Sendo assim, realizamos pesquisas sobre os principais conceitos que norteiam o tema: Repositório Institucional, recuperando artigos científicos e livros online que serão mencionados ao longo deste trabalho. Além disso, fundamenta-se a pesquisa com importantes autores que investigaram o tema.

Nesse sentido, constata-se que no Brasil, o movimento de acesso aberto foi pioneiro na FIOCRUZ com a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, sintonizando com o Movimento Internacional de Acesso Aberto ao Conhecimento. A FIOCRUZ, através do ARCA, seu RI oficial, foi fonte de pesquisa para este estudo, pois além de seu pioneirismo, mostrou-se alinhado e bem estruturado na realidade brasileira. Mas ainda, sentiu-se a necessidade de analisar outras políticas de RI, mais próximas do ambiente universitário.

A partir desta pesquisa preliminar, empreendeu-se uma pesquisa no Repositório de Políticas de Repositórios, o ROARMAP⁴, onde realizou-se uma pesquisa com a filtragem: “ *BRAZIL (country) and Research organisation e.g. university or research institution (POLICYMAKER TYPE)*”, o que foi recuperado um total de quatorze políticas, todas de instituições públicas federais e estaduais. Deste resultado, foi selecionado para análise, o RI da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Universidade Federal da Bahia (UFBA), pois se mostrarem mais próximos da estrutura e do ambiente da PUC-Rio, apesar do nosso objeto ser uma universidade privada.

A partir desta pesquisa e das leituras do material coletado, partimos para a conceituação de termos necessários para o entendimento do Movimento do Acesso Aberto, como Via Verde, Via Dourada e Acesso Aberto, para contextualização do RI.

⁴Disponível em: <http://roarmap.eprints.org/>

5 MUDANÇAS NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A comunicação científica vem passando por transformações significativas ao longo dos anos, seja pelo crescimento da produção científica, pela necessidade de especialização das pesquisas ou pelas novas tecnologias existentes. A informação científica é definida por Kuramoto (2006, p.91) “como o insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país, resultado de pesquisas científicas.”

Ainda, segundo ele, “os procedimentos para a publicação dessa informação foram estabelecidos pelo sistema de comunicação científica, o qual vem se consolidando ao longo de mais de três séculos”. Assim, a comunicação científica tem a função de continuar o conhecimento científico, pois possibilita a disseminação da informação, dando a oportunidade para que pesquisadores no mundo todo possam opinar, modificar, melhorar ou até mesmo acrescentar material a pesquisa inicial. E tantos são os veículos em que circulam o conhecimento científico, sejam por livros, periódicos, trabalhos de congresso e etc.

Parafraseando Meadows (1999, p.20), a principal função comunicação científica é dar continuidade ao conhecimento científico, disseminando a informação a outros cientistas que podem colaborar, dar sua opinião ou divergir. São muitos os canais utilizados para esta comunicação, entre eles: os periódicos, livros, trabalhos de congresso etc.

Os dois primeiros meios utilizados pelos cientistas para se comunicarem, foram às cartas e as atas, que originaram os periódicos científicos, assumindo o papel de divulgadores dos resultados de suas pesquisas. O periódico científico surgiu como forma de comunicação e era composto de artigos resumidos, mais específicos que as cartas e as atas. No século XVIII os periódicos científicos apresentam-se divididos em campos específicos do conhecimento (MEADOWS, 1999, p.22).

Thomas Kuhn, físico americano, se tornou conhecido por seus trabalhos sobre história e filosofia da ciência. Em sua obra “A Estrutura das Revoluções Científicas”, o autor apresenta os processos do desenvolvimento científico e discorre sobre o conceito de paradigma, alcançando uma enorme repercussão em diversas áreas do conhecimento, principalmente nas ciências sociais, mesmo que suas análises sejam relacionadas com as ciências naturais (HENNING, 2013, p.67).

E através de suas próprias observações que Kuhn observou que na ciência a evolução se dá por evolução ou revolução. A revolução mencionada pelo autor ocorre

quando aparecem mudanças nas ideias fundamentais de uma ciência, redirecionando totalmente as pesquisas. Kuhn chama essas ideias fundamentais de “paradigmas”, e conceitua: “[...] paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1978 *apud* HENNING, 2013, p. (68).

Meadows (1999, p.24) diz que o meio disponível e a natureza da comunidade científica não afetam só a apresentação da informação, mas também a quantidade de informação disponível e que o aumento do conhecimento está ligado à comunicação. E isto podemos crer que seja por uma necessidade de comunicação eficiente e pesquisadores interessados em novas realizações.

A mente é o homem, e o conhecimento, a mente. O homem é aquilo que ele conhece [...] A verdade de ser e a verdade de saber são uma só [...]. Será estéril a verdade? Não conseguiremos, desse modo, produzir efeitos meritórios e dotar a vida do homem com infinitas comodidades (BACON *apud* MEADOWS, 1999, p. 3)?

Com esta preocupação a sociedade científica se estruturou de forma a trabalhar a comunicação, ainda que de forma rudimentar, no processo de acumulação que envolvia o fornecimento de informações sobre o próprio trabalho a outras pessoas e, em troca, o recebimento de informações dessas pessoas. Em segundo lugar, tendo em vista que o processo de acumulação se estendia no tempo, as informações de deveriam ser divulgadas numa forma durável e prontamente acessível. Tornando público seu trabalho, permitiam a outros fora do grupo terem acesso aos trabalhos desenvolvidos, proporcionando um registro que era passado para futuras gerações.

E neste contexto, que as sociedades científicas mais antigas formaram bibliotecas com o intuito de adquirir livros e periódicos, sempre dispendiosos, para seus sócios (MEADOWS, 1999). O que hoje é comum, tendo em vista que o mercado editorial e as grandes bases de dados e assinaturas tornaram-se cada vez mais cara para ciência.

O desenvolvimento da ciência, mencionada por Kuhn (1978 *apud* HENNING, 2013, p. 69), é entendida como um modelo sequencial evolutivo por processos cíclicos e apresentando as seguintes etapas: 1) Ciência imatura; 2) Surgimento de um paradigma; 3) Ciência normal; 4) Incremento de anomalias; 5) Crise; 6) Ciência extraordinária; 7) Emergência de novo paradigma; 8) Revolução científica; 9) Consolidação do novo paradigma; 10) Ciência normal.

É por meio desse ciclo que a ciência se consolida, gerando um dinamismo sequencial que impulsiona o seu crescimento. Obviamente que a comunicação por si só é uma atividade em grupo e acumular dados, desenvolver teorias e modificar ideias simultaneamente é umas das grandes vantagens da comunicação científica. Há pouco tempo, descobriu-se que a epidemia de Ebola na África poderia ter sido contida e que países que receberam pessoas infectadas poderiam ter adotado medidas preventivas, caso artigos científicos que já tratavam do vírus e sua profilaxia, estivessem sido disponibilizados em canais de comunicação⁵.

Meadows (1999, p.36) afirma que os resultados de novas pesquisas dependem, em última instância, da interação entre cientistas e devem, por sua vez, ser colocados à disposição da comunidade científica. E esta transferência de informação além de ser difícil exige subjetividade durante o processo de comunicação.

Segundo Weitzel (2006, p.89) existem três etapas centradas no modelo clássico de comunicação científica:

- ✓ Geração/construção do conhecimento retoma o surgimento dos sistemas de informação da ciência;
- ✓ Disseminação/comunicação do conhecimento, ela é decorrente da explosão bibliográfica e da fragmentação do conhecimento (WEITZEL, 2006, p. 90);
- ✓ Que se refere ao uso e ao acesso e está direcionada à utilização das TIC's.

Quanto aos TIC's, Weitzel (2006, p.101), diz: “[...] extrapola as vantagens proporcionadas pelo emprego do *e-mail*, listas de discussão, consultas *on-line* etc., uma vez que novas formas de comunicação da ciência são incorporadas e buscam sua legitimação na comunicação científica” Ainda para a mesma autora, o artigo científico é considerado o principal instrumento de publicação da ciência. Além de servir, também, para medir o impacto da informação produzida pelos pesquisadores, os artigos científicos só são aprovados para publicação quando avaliados pelos pares que dão legitimidade à informação que está sendo comunicada. No entanto, quanto maior for o fator de impacto da revista onde o artigo foi publicado, maior prestígio e reconhecimento dentro do meio científico o autor obtém (HENNING, 2013, p.77). Considera-se a citação como outro elemento relevante para a medição da produtividade e do avanço da ciência.

⁵ Disponível em: <https://www.techdirt.com/articles/20150409/17514230608/dont-think-open-access-is-important-it-might-have-prevented-much-ebola-outbreak.shtml>

Segundo Weitzel (2006, p.84) o modelo de se fazer ciência é consolidado no período pós II Guerra, o que ela chama de: “[...] alta produção de publicações técnico-científicas – a chamada explosão bibliográfica, já prevista e sentida pelos intelectuais e cientistas. Multiplicam-se os canais de comunicação e informação em busca da necessária eficiência, em especial quanto à sua velocidade e confiabilidade”.

Uma das preocupações na comunicação científica é em relação à tecnologia da informação é com o controle de qualidade da informação disponibilizada por meio eletrônico e esta é uma questão levantada desde os primeiros trabalhos disponibilizados. Para Meadows (1999, p.63), a comunicação eletrônica é rápida e em geral não é limitada por considerações de espaço, gerando uma mudança significativa na velocidade de divulgação e resposta, com a diminuição da duração no tempo das atividades de pesquisa com a introdução da comunicação eletrônica. Além desta vantagem, a natureza do processo eletrônico tende a favorecer um estilo de comunicação mais informal e flexível do que o apresentado no processo impresso. O que sugere que ele possa se mostrar particularmente apropriado para os pesquisadores de especialidades “flexíveis”, revelando outro ponto positivo. Uma das ferramentas que podemos tomar como exemplos para a inovação colaborativa são os *softwares* livres e com eles a produção colaborativa tem se generalizado na sociedade (CARVALHO, 2009, p. 28).

(1) a comunicação na ciência constitui um sistema; (2) vários canais podem atuar sinergeticamente na transmissão de uma mensagem; (3) a comunicação informal tem papel vital no sistema de informação científica; (4) os cientistas constituem público específico; e (5) os sistemas de informação científica assumem múltiplas funções (MENZEL, 1966 *apud* TARGINO, 2000, p. 17).

Segundo Carvalho (2009, p. 56) o processo de comunicação é condição para dinâmica da produção e incorporação de inovações. A comunicação aumenta as relações organizacionais permitindo que pessoas compartilhem conhecimento, inovando e mudando processos e produtos. Ainda segundo a autora, a comunicação intensiva é necessária para que sua cultura se renove e nelas ocorra aprendizagem e criação. A produção colaborativa é uma produção social e como o conhecimento se identifica com a produção, não deve surpreender que as empresas detentoras de direitos de publicação apliquem suas marcas de propriedade às manifestações do conhecimento e submetam a produção do conhecimento e da informação às regras da maximização e da acumulação privada das riquezas.

A informação científica é um insumo crucial para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país. Esse insumo é resultado das pesquisas e estudos científicos realizados pelos pesquisadores, cujos estudos são em sua maioria financiados pelo setor público. Portanto, se esses resultados são obtidos

por meio de um trabalho financiado com recursos públicos, a lógica e o bom senso indicam que os resultados deveriam ser de acesso livre. Mas, nos moldes da comunicação científica tradicional, isso não acontece (KURAMOTO, 2008, p. 862).

É neste cenário de ampliação da proteção à propriedade intelectual que emerge e se situa o movimento do *software* livre, como reação contestatória à restrição de acesso ao conhecimento imposto pela indústria ao proteger o código-fonte por meio de patentes e direitos de autor. (Carvalho, 2009, p.56). A introdução de novas tecnologias de informação, com a interatividade, hipertextualidade e hipermediação, provocou uma mudança rápida do ambiente, e conseqüente aumento de publicações eletrônicas (ARELLANO, 2005, p. 78). Para o autor, o desenvolvimento de TI e da *internet* gerou mudanças nos conceitos de canais formais e informais de comunicação e, ainda, introduziu inovações a respeito da interação no processo de construção do conhecimento científico.

O que podemos verificar ao longo tempo são as várias mudanças e o atual cenário da comunicação científica que inserido no mundo das redes e no uso da internet, fazendo pensar em questões importantes para o meio acadêmico. Uma delas é o fato de muitos periódicos, mesmo produzindo versões em papel, apresentam versões eletrônicas também, aumentando o fluxo e o acesso à informação. Kuhn (1978 *apud* HENNING, 2013, p. 80) interpreta esta mudança no suporte papel ao eletrônico como “gerador de anomalias, comprometendo o paradigma vigente da comunicação científica, o qual não consegue mais se sustentar, gerando a ciência extraordinária, em que se formam novas correntes que revelam crises impulsionadoras da criação de novos modelos para aparar novas teorias”.

Carvalho (2009, p.105) afirma que o chamado conhecimento em rede traz a possibilidade de compartilhar e multiplicar a informação e o conhecimento que são considerados bens não esgotáveis e proporcionam uma melhor utilização da informação, pois o conhecimento acumulado, a interatividade e o aprendizado, aumentam o desenvolvimento científico.

Ainda, segundo a autora, para que esta interatividade possa acontecer é necessário ferramentas e conexões eficazes entre os atores deste processo de comunicação, propiciando fluxos de conhecimento e conseqüente aprendizado. Neste processo, pode-se observar que as instituições que aderem ao modelo descrito, produzem um maior número de pesquisas e inovações no campo científico com

parceiros cooperando e trabalhando mutuamente, do que outras que trabalham em regime de sigilo.

Para respaldar a ideia Arellano (2005, p. 78), afirma que “O ciclo do conhecimento científico compreende a produção, a comunicação e a aplicação do conhecimento gerado” desse modo o autor ainda destaca que “a publicação científica exerce uma função essencial, na medida em que viabiliza a divulgação dos resultados de pesquisa e promove a discussão entre os pares”. Além disso, considera que “a construção do conhecimento científico depende da disseminação e da transferência das informações, com o intuito de consolidar novos conceitos, por outro lado, o processo interativo de discussão e aprovação pelos cientistas garante confiabilidade à pesquisa. Esta colaboração confirmada pelos autores, proporciona diálogos e colaboração, pois a inovação e a criação não ocorrem sozinhas, elas necessitam desta interatividade para que possam evoluir de forma rápida e segura, trazendo olhares diferenciados para a pesquisa e construção deste conhecimento.

Quando menciona inovação tecnológica, Carvalho (2009, p.110) destaca que a “a colaboração é condição para a inovação tecnológica, em primeiro lugar para que a informação possa fluir de modo não linear dentro das organizações e entre elas e o seu entorno”. Além disso, segundo a autora: “a comunicação pode contribuir com ideias e oportunidades para a inovação e na interação entre os colaboradores da organização, ao mesmo tempo em que difunde seus processos e produtos e cria condições para sua aceitação e uso”.

Observando por outro contexto, SROUR (1998, p.29) menciona a revolução digital como uma produtora ou transformadora do modo de interatividade:

“[...]muda o pensamento cartesiano, seu modo de refletir e ordenar o mundo, e faz com que se passe para um pensamento que opera na base da simultaneidade. O movimento vai da linearidade e da obediência à cronologia para a montagem vertiginosa de imagens trazida pela videoarte e pela computação gráfica. Tal movimento desemboca numa conexão criativa e em tempo real entre emissores e receptores. O pensamento cartesiano, com efeito, remete a um mundo dominado por narrativas em sequência, que tem começo, meio e fim. Está povoado por expressões verbais e por ideias abstratas; sua abordagem é analítica e estática. Por sua vez, o pensamento que obedece à simultaneidade remete a um mundo em fluxo ou em ação, um mundo conjugado no gerúndio, uma espécie de hipertexto que relaciona funções ou estruturas, embora pertencentes a totalidades diversas (SROUR, 1998, p.29)”.

Para o autor, o universo literário e gutenberguiano antecede universo em que prevalece o visual inter-relacionado com outras linguagens interativas, em que ele coloca como “[...]Trata-se, por conseguinte, de um pensamento moldado pela intensa

interatividade entre agentes, pela multiplicidade dos meios de comunicação e pela simultaneidade das mensagens” (SROUR, 1998, p.30).

Carvalho (2009, p.57), em sua dissertação, expõe alguns aspectos que sustentam a inovação: a cultura organizacional; capacidades e habilidades de gerenciamento; controle e estrutura organizacional; e novos produtos e desenvolvimento de processos. Falaremos do aspecto que mais influencia em nosso objeto de estudo, a PUC-Rio, uma instituição de ensino superior privada. Fundamentamos a escolha deste aspecto, pois, para a autora, as capacidades e atitudes dependem da cultura organizacional, que estimule o empreendedor individual e o trabalho em equipe.

Parafrazeando Freitas (2002, p. 39), podemos caracterizar a cultura organizacional como um conjunto de representações imaginárias sociais que constroem e reconstroem as relações diárias dentro da organização e que expõem os valores, normas, significados e interpretações, resultando num sentido único e direto, propiciando identidade e reconhecimento entre seus membros. Para ela, a cultura organizacional reflete os resultados dos produtos sociais e é transmitida por meio da interação entre o processo de comunicação e o aprendizado. Sendo justificável que um determinado tipo cultural represente a identidade de uma organização, onde os membros compartilham seus valores, crenças e pressupostos, facilitando ou complicando tanto as relações interpessoais quanto para as relações da organização como um todo.

Santos (2000, p. 45) ainda sinaliza os aspectos da cultura que facilitam ou dificultam as ações. Os valores e as crenças quando compartilhadas pelos membros da organização funcionam como um mecanismo de controle organizacional, aprovando e reprovando comportamentos informalmente. Esses mecanismos reproduzem significado, direção e mobilização para os membros organizacionais. O ambiente organizacional deve estar em sintonia com a cultura, respeitando os valores e as crenças dos membros.

De acordo com Santos (2000, p.48), os fatores culturais são determinantes nas práticas de gestão e nas crenças, o que diferencia as empresas bem sucedidas. A autora argumenta ainda que a cultura organizacional pode ser compreendida como o resultado de valores e crenças que fazem parte da organização, e que são compartilhados pelos seus membros. Quando os membros da organização não compartilham os mesmos valores e crenças, a cultura torna-se fragmentada.

O’Dell e Grayson (1998 *apud* ANGELONI & GROTO, 2009, p.78) afirmam que a maioria das pessoas naturalmente desejam compartilhar o conhecimento,

mas por muitas vezes é impedido por barreiras culturais criadas pela organização, o autor no entanto, cita algumas destas possíveis barreiras:

- ✓ Quando os departamentos, divisões ou funções estão voltados em trabalhar somente suas próprias realizações e descobertas e que, consciente ou inconscientemente, as informações são tão sigilosas e escondidas que a organização fica comprometida e a comunicação fica avariada;
- ✓ Quando a cultura valoriza habilidades técnicas individuais e a criação é sobreposta ao compartilhamento do conhecimento;
- ✓ Quando existe a síndrome do “não foi inventado aqui” e a desvalorização e falta de comprometimento com a capacitação;
- ✓ Quando há falta de interação interpessoal e de objetivos e perspectivas comuns entre pessoas que não trabalham próximas dentro da organização. Ou seja, o total desconhecimento do que os funcionários realizam ou até mesmo quem trabalha na organização;
- ✓ Quando a organização não valoriza ou recompensa os funcionários que se comprometem com o auxílio a outros funcionários ou os que se interessam em aprender para auxiliar e compartilhar conhecimento.

Existem algumas normas, que os autores chamam de “normas organizacionais”, que segundo eles, são descritas como conjuntos de regras escritas ou não, que direcionam a forma como as pessoas devem proceder para que a organização alcance seus objetivos. Estas normas podem ou não serem acatadas pelo grupo, dependendo da coerência em relação às expectativas e objetivos dos mesmos, onde, são definidas e repassadas através dos elementos culturais com a convivência e interação como síntese. À medida que as pessoas convivem, elas trazem ou criam expectativas a respeito de seus comportamentos. Cada cultura tem sua própria maneira de fazer e tratar fatos e circunstâncias, as quais são denominadas de “normas” que influenciam os membros, ou seja, todo comportamento é esperado, aceito ou apoiado pelo grupo, estando ou não fixados os comportamentos.

Quinn e Kimberly (1984 *apud* ANGELONI & GROTTTO, 2009, p.80) propõe uma tipologia cultural que visa organizar os diferentes padrões de comportamento, valores e crenças que definem a cultura de uma organização. Dessa tipologia surgem quatro tipos culturais que caracterizam a Tipologia Cultural de Quinn, também conhecida como modelo *Competing Value Model* (CVM). Com esses quatro tipos de cultura

podemos interpretar e estudar a cultura de uma determinada organização que em termos comparativos e parafraseando os autores, são:

Cultura grupal: é baseada em normas e valores associados à afiliação, destacando o desenvolvimento de recursos humanos, valorizando a participação dos membros na tomada de decisão e facilitando a interação através do trabalho em equipe.

Cultura Inovativa: Parte do princípio da mudança e flexibilidade onde os fatores-chave para a motivação consistem no crescimento, o estímulo, a diversificação e a criatividade na tarefa. Os líderes tendem a serem empreendedores e idealistas, a apreciar o risco e a previsão do futuro, preocupando-se com a obtenção de recursos e com a imagem externa.

Cultura Hierárquica: está calçada nos valores e nas normas relacionados à burocracia, onde o pressuposto básico é a estabilidade e os indivíduos aceitam a autoridade emanada das regras e regulamentos impostos. A motivação é derivada da segurança e da ordem. Os líderes são conservadores, e cautelosos e direcionados aos problemas de natureza técnica. Há uma preocupação com a segurança e a cautela nas decisões, seguindo sempre regras e regulamentos.

Cultura Racional: é alicerçada através da realização, baseada na crença de que as recompensas estão relacionadas com os resultados. Os fatores de motivação derivam da competição e da obtenção de resultados pré-definidos. Os líderes dirigem orientados aos objetivos e encorajando a produtividade. A competitividade entre os indivíduos é alimentada pelos líderes.

Para Tonet (2008 *apud* ANGELONI; GROTTTO, 2009, p.79), o maior desafio das organizações é criar um ambiente propício para o compartilhamento da informação e consequente conhecimento, onde o estímulo à aprendizagem contínua dos indivíduos e a valorização, tanto dos que sabem como os que possuem a disposição para passar aos outros aquilo que aprenderam, e também, para receberem de outros conhecimentos para o que não sabem. Tal cultura facilita a interação entre as pessoas, possibilitando a existência de oportunidades formais e informais de contato entre as pessoas, pois é um importante canal de aprendizagem e de transferência do conhecimento.

Ao analisar e readaptar sua cultura, a organização necessita de investimentos em tecnologia que podem não trazer resultados. Desta forma, os fatores culturais que influenciam o compartilhamento devem ser entendidos para que a organização possa promover práticas e uma nova cultura voltada para o compartilhamento do conhecimento. A influência da cultura organizacional no compartilhamento do conhecimento, a

interpretação e a análise da cultura organizacional está relacionada à escolha dos seus elementos constitutivos.

6 DIRETRIZES PARA POLÍTICAS DE RI

Os repositórios institucionais têm como objetivos principais: aumentar a comunicação científica da instituição, maximizando o acesso, o uso a visibilidade e o impacto da produção científica da instituição; alimentar a atividade de pesquisa científica apoiando os processos de ensino e aprendizagem; apoiar as publicações científicas eletrônicas da instituição; contribuir para a preservação dos conteúdos digitais científicos ou acadêmicos produzidos pela instituição ou seus membros; contribuir para o aumento do prestígio da instituição e do pesquisador; oferecer insumo para a avaliação e monitoramento da produção científica; reunir, armazenar, organizar, recuperar e disseminar a produção científica da instituição (LEITE, 2009, p.7).

Uma das definições mais conhecidas sobre repositório institucional é que ele consiste em um conjunto de serviços que a instituição oferece para os membros da sua comunidade com vistas ao gerenciamento e disseminação do material digital criado pela academia e pelos seus membros. Nesse sentido, é primordial o compromisso de uma instituição em cuidar do material digital, incluindo a preservação em longo prazo, quando for necessária, bem como a sua organização, acesso e distribuição (LYNCH, 2003 *apud* HENNING, 2013, p. 101).

Os sistemas de informação são dependentes das políticas de informação adotadas, cujas diretrizes norteiam as ações dos responsáveis pelo sistema. Assim, a criação e implantação de repositórios institucionais devem ser realizadas com base em diretrizes claras e estruturadas, constituindo assim as políticas de informação dos sistemas. Pensando nas mudanças que os RI's provocam na forma como a comunicação científica é realizada, é imprescindível que essas políticas sejam bem explícitas porque esses repositórios institucionais modificam o modo como a pesquisa é disseminada, publicada e preservada. Portanto, por transformar o ambiente da comunicação científica, o estabelecimento de repositórios institucionais, deve considerar os aspectos técnicos, levando em conta o ambiente e os atores da instituição, pois uma política de informação lançada em moldes não participativos fracassaria rapidamente. De modo geral, e independentemente do ambiente e do seu contexto, uma política de informação deve cobrir os objetivos, diretrizes, práticas e intenções organizacionais que servem para respaldar e fortalecer as decisões locais. Assim, a política não é apenas o caminho para exercer a autoridade, mas é também uma arte para alcançar o consenso organizacional. (STRASSMANN, 1994 *apud* TOMAÉL; SILVA, 2007).

Sendo assim, a elaboração de uma política de informação, não importando em que esfera é criada, faz se importante a participação de todos envolvidos, pois sem um consenso geral ou sua maioria, sobre os princípios e diretrizes das responsabilidades e funções determinadas previamente, não se podem criar os fundamentos para a construção da autossuficiência informacional (STRASSMANN, 1994 *apud* TOMAÉL; SILVA, 2007). E não houver uma aceitação nos relacionamentos, não se tem meios para resolver as divergências, observa-se que grande parte da atenção será dispensada para resolver conflitos internos em vez de ser direcionada aos problemas e desafios externos.

Para a implantação de um repositório institucional é necessário um estudo da instituição, de modo que as políticas sejam formuladas de acordo com as características, interesses e necessidades individuais, o que sabemos ter muita especificidade.

Segundo Tomaél; Silva, 2007:

A política, baseada na cultura da instituição, deve prever aspectos relativos a: a) responsabilidade pela criação, implementação e manutenção do repositório; b) conteúdo proposto e implementado; c) aspectos legais relativos a documentos e licenças de softwares; d) padrões; e) diretrizes para preservação digital; f) política e níveis de acesso; g) sustentabilidade e financiamento do repositório.

A partir daqui discorreremos sobre cada um dos tópicos mencionados pelas autoras a fim de compreender um pouco mais das diretrizes necessárias para a criação de uma política alicerçada e próxima da realidade da instituição.

6.1 Da responsabilidade

A gestão e a administração de repositórios institucionais podem levar a uma variedade de iniciativas na organização, mas os responsáveis pela criação e implantação de repositórios institucionais devem acreditar no projeto e procurar meios de direcionar as atividades, criar parcerias e investir recursos para o sucesso do RI. Para Gibbons (2004 *apud* TOMAÉL; SILVA, 2007) “um repositório institucional deve ser um projeto em colaboração entre diversas unidades de uma instituição, que reúna especialistas e esforços de várias unidades, com representação de toda a instituição.” Para o autor, o principal motivo para o envolvimento da biblioteca no projeto de repositório institucional é determinado pelo conhecimento especializado e pela confiança em que os pesquisadores e a comunidade científica geralmente têm pela biblioteca.

Garantindo esta posição de responsabilidade os autores declaram:

[...] as bibliotecas assumiram a responsabilidade de desenvolver e implantar RIs em resposta à demanda institucional. No geral, esses profissionais de informação foram, de longe, os atores mais ativos nesse empreendimento, com

uma participação também ativa dos profissionais de TI (SAYÃO, Luís. et. AL, 2009, p. 274).

Para uma definição de política de RI em que decisões sobre os serviços, padrões, softwares, acesso, conteúdo e preservação digital e a funcionalidade do RI, Westell (2006 *apud* TOMAÉL; SILVA, 2007) considera necessário que as responsabilidades sejam divididas. Assim, destaca a necessidade de participação de um grupo com distintas competências e influência na instituição.

A autora ainda observa que uma equipe multidisciplinar com profissionais com conhecimentos em: preservação digital; metadados; usabilidade; design gráfico; marketing; relações públicas; propriedade intelectual; e tecnologia da informação. E claro, os representantes de todos os segmentos da instituição: alunos, professores, pesquisadores e pessoal técnico, pode assegurar o sucesso do RI.

Então, baseado nos autores, faz se necessário à participação de representantes todos os envolvidos na instituição, mas a parte operacional ainda é creditada à biblioteca, seja pelo seu conhecimento específico, seja pela sua credibilidade diante a comunidade acadêmica, assim como Tomaél; Silva (2007) afirma: “As responsabilidades dos bibliotecários no âmbito dos repositórios institucionais, estão fundamentadas na produção de metadados e na atuação como agentes”. Com isso, segundo as autoras, asseguram o controle da qualidade dos registros produzidos, atendendo a padrões internacionais. E também, a organização e manutenção de conteúdo digital dos autores da instituição, é uma importante função de bibliotecários em instituições acadêmicas e de pesquisa.

6.2 Conteúdo

O sucesso do projeto de repositório institucional é a quantidade de conteúdo que armazena. O conteúdo de um repositório institucional está relacionado à comunidade acadêmica e sua política, que determinará o que deve ser depositado e dos autores que tem a responsabilidade de fazer o depósito (autoarquivamento), conforme menciona Tomaél; Silva (2007). Os membros dessa comunidade são também autores e proprietários dos direitos autorais do conteúdo. O conteúdo de um RI reflete o conhecimento, a pesquisa e o interesse de uma organização.

Para as autoras, os repositórios institucionais são o reconhecimento que a vida intelectual e acadêmica de universidades será progressivamente representada, documentada, e compartilhada. Assim, o conteúdo de um repositório institucional destina-

se ao compartilhamento. O acesso pode diversificar em grandes proporções, assumindo vários níveis, desde o acesso limitado aos membros de um mesmo departamento, até o que alcança pesquisadores do mundo inteiro. Os repositórios institucionais convivem com diversos recursos que disseminam a comunicação acadêmica digital, representada por uma tipologia múltipla de conteúdos.

Outro fator importante à considerar quanto ao conteúdo é a definição sobre os formatos dos materiais que poderão ser armazenados (doc, pdf, html, jpeg, gif, mpeg), por isso, a ferramenta de tecnologia de informação escolhida e sua customização são fatores determinantes. É necessário obter uma estrutura para adicionar este conteúdo, já que devemos pensar de forma mais ampla neste processo de customização, além das ferramentas de autoarquivamento que pode ser adicionado pela biblioteca ou pelo autor, ou seja, depósito obrigatório ou voluntário. O depósito voluntário é realizado pelo autoarquivamento.

Outra decisão prevista durante o planejamento de RI é sobre a qualidade da informação: texto completo ou resumos; textos atuais ou retrospectivos; texto acabados ou em processo. (TOMAÉL; SILVA, 2007)

A ferramenta tecnológica é importante, mas mais importante ainda é a adesão e participação da comunidade ao projeto, ressalta Lynch (2003 *apud* HENNING, 2013). A implantação RI's tem sido feita de diversas formas, mas para se iniciar a inserção de documentos no repositório é necessário à aceitação e apoio da comunidade.

6.3 Aspectos legais

As diretrizes relativas aos aspectos legais são ainda mais difíceis para o gestor do repositório institucional porque devem abranger várias questões legais como: a licença de softwares, licença para publicação e propriedade intelectual, o que afeta a política de distribuição e acesso. Na distribuição dos materiais ou nos níveis de acesso, o software do repositório deverá estabelecer esses limites para assegurar que esteja em conformidade com a política (DRAKE, 2004 *apud* TOMAÉL; SILVA, 2007). Estes aspectos em ambientes digitais tornam-se mais complexos ainda, pois o controle sobre cópias é mais difícil.

Assim, pelos objetos digitais serem mais facilmente copiados, as regras de copyright baseadas no conceito inicial não são válidas no ambiente digital. Por ser uma iniciativa de acesso livre, todos os trabalhos depositados em um repositório institucional são de propriedade dos autores, assim, cabe somente à eles a responsabilidade sobre o

que é depositado e a decisão de liberação de acesso e seus níveis, garantindo sua propriedade intelectual. Como as bibliotecas, o repositório institucional é somente o custodiador do trabalho produzido, sua responsabilidade é armazenar e disseminar, e não é seu proprietário. Portanto, um repositório institucional não pode dar acesso a informações protegidas por copyright (DRAKE, 2004 *apud* TOMAÉL; SILVA, 2007).

Alguns repositórios institucionais adotam a política de solicitar que os autores assinem uma licença que conceda ao repositório, permissão para depositar, distribuir e preservar materiais do RI (DRAKE, 2004 *apud* TOMAÉL; SILVA, 2007).

E se a universidade ou a corporação ainda não tiver suas políticas de propriedade intelectual detalhadas, em que designem as responsabilidades dos autores – docentes ou técnicos – sobre os documentos produzidos, é importante formalizá-las para evitar demandas legais onerosas (TOMAÉL; SILVA, 2007).

Desta forma, a instituição estará respaldada de qualquer situação legal onde poderá ter problemas e prejuízos financeiros onerosos.

6.4 Padrões

Um dos mais importantes pontos a se adotar na criação dos repositórios institucionais é a padronização, medida fundamental para definição do grau de interoperabilidade e de outros aspectos a serem observados. Na implantação dos repositórios, alguns recursos são comprometidos com o desenvolvimento e aplicação de padrões de metadados, estratégia de OA, conexões e a gestão para preservação, que assegure que o conhecimento digital será protegido e acessível futuramente (TOMAÉL; SILVA, 2007).

A definição de padrões engloba tópicos relativos à escolha de hardware e software adequados à criação do repositório e metadados, que podem ser mais simples e genéricos ou outros mais sofisticados que representem objetos mais complexos.

Os metadados são fundamentais como afirma Sayão:

Os metadados são fundamentais para a implantação de repositórios de informação porque, além da função de descrição estrutural dos objetos, têm também finalidade administrativa uma vez que auxiliam na gestão dos arquivos de dados, padrões de fluxograma de trabalho (workflow), que inclui tanto o fluxo administrativo (gestão do repositório institucional) quanto o fluxo de publicação de documentos; interface e usabilidade, cuja escolha deve considerar a interação com os usuários (usabilidade, acessibilidade, aspectos comportamentais e aceitação), uso de interfaces baseadas na web (interfaces intuitivas) e adoção de níveis diferenciados de interfaces (para submissão de processos, para usuários visitantes e para a administração do sistema); e interoperabilidade que pode ser: interoperabilidade política, que é a articulação, consenso e representatividade em torno da filosofia de OA; interoperabilidade semântica que supõe o uso generalizado de instrumentos comuns de descrição temática, como os conjuntos padronizados de metadados, e interopera-

bilidade técnica que inclui as tecnologias abertas, padrões e protocolos de aceitação ampla (SAYÃO, 2009, p. 40).

Na implantação dos repositórios institucionais é importante pensar os padrões adotados e descritos na política de forma clara e elucidativa, para que não haja divergências no que tange sua usabilidade.

6.5 Preservação

Uma das diretrizes mais determinantes para o prestígio e legitimidade dos repositórios institucionais é o que tange a preservação da informação digital. Uma diretriz que deverá contemplar estratégias: como migração e conversão de dados; atualização de suporte, no caso de atualização de software e de hardware, entre outros. Estas estratégias são aspecto indispensável da política para repositórios, porque discursa sobre a permanência de conteúdos e formatos, coloca em evidência o expressivo número de documentos digitais, além de mostrar a urgência de adoção medidas para o controle e manuseio deste material (TOMAÉL; SILVA, 2007).

No entanto, a preservação digital não consiste apenas na forma de armazenamento, mas na capacidade de garantir que a informação digital permaneça acessível e com qualidades de autenticidade suficientes para que possa ser interpretada no futuro recorrendo-se a uma plataforma tecnológica diferente da utilizada no momento da sua criação. Sobretudo, a preservação digital é a atividade responsável por garantir que a comunicação seja possível não só através do espaço, mas também através do tempo (SAYÃO, 2009, p. 284).

A discussão em torno do tema toca em pontos sensíveis à sociedade, especialmente a preservação dos conteúdos intelectuais das obras. Mas a preservação digital não se atém ou não significa somente preservação de conteúdo, porque, para que o conteúdo intelectual seja preservado é preciso considerar também a preservação física (mídias) e a preservação lógica que depende do hardware e do software (FERREIRA, 2006, *apud* TOMAÉL; SILVA, 2007).

Wheathey (2004, *apud* TOMAÉL; SILVA, 2007) expõe os objetivos da preservação digital dizendo que preservar significa que as informações: a) serão mantidas íntegras, sem danos, perdas ou alterações; b) poderão ser encontradas e extraídas pelo usuário, do servidor ou arquivo; c) poderão ser interpretadas e compreendidas pelo usuário, sendo bem representadas; d) todas estas ações poderão ser realizadas em longo prazo.

Para as autoras não basta que o repositório mantenha a sequência de dígitos binários que representam o objeto digital, porque o maior desafio é garantir o acesso do conteúdo armazenado no repositório, independente do momento em que isso tenha o-

corrido e garantir que o material esteja íntegro independente do hardware e software usados no presente ou no futuro. Uma das estratégias utilizadas para uma política de preservação em longo prazo, além da garantia de migração de dados quando se faz troca ou upgrade da plataforma utilizada, conta-se também com iniciativas utilizadas para reduzir o comprometimento com a utilização das ferramentas, como no design do OAIS *System Reference Model* que define os atores, ação e papéis dos elementos envolvidos num repositório institucional. Assim, a administração do sistema e o plano de preservação abrangem todo o processo, destacando o papel do plano de preservação para continuidade do repositório institucional.

Algumas estratégias podem ser adotadas para a preservação digital, como a migração e conversão de dados, a atualização de suporte em função de atualização de software e de hardware, além da emulação (FERREIRA, 2006, *apud* TOMAÉL; SILVA, 2007).

No contexto dos repositórios institucionais uma estratégia importante é o uso de identificadores persistentes, expedientes que identificam, por nome global, único e persistente, e independente da localização, mesmo que o recurso não exista mais. O identificador persistente assegura, por intermédio de links sempre acionáveis, o acesso a recursos que tenham sido movidos. É o caso dos seguintes identificadores: URN (Uniform Resource Name), PURL (Persistent URL), Handle System, DOI (Digital Object Identifiers), CrossRef e OpenURL (SAYÃO, 2009, p.41).

A criação de repositórios assegura a preservação de metadados, o acesso e a recuperação dos dados, mas as estratégias utilizadas e definidas na política de RI para preservação assegura o acesso ao material digital, sempre que necessário e visa a preservação física e a preservação lógica, aspectos dependentes de hardware e do software.

6.6 Política de Acesso e Uso

Para se pensar nesta diretriz, segundo Tomaél; Silva (2007), é necessário ter uma ideia de como ele pode ser usado pela comunidade, que poderá ser analisado através de um levantamento entre os pesquisadores/autores para investigar a existência de potenciais trabalhos que poderiam ser disponibilizados por meio do repositório institucional, entender o tipo de trabalho para assegurar o entendimento de seu escopo e sua condição. Outro ponto importante para compreender sua comunidade acadêmica e a forma como ela se comunica dentro e fora da instituição é conhecendo os locais em que os indivíduos armazenam seus documentos digitais; com que frequência que enviam documentos aos usuários e como interagem entre si; os tipos de trabalhos que mantêm disponíveis; e a recuperação dos trabalhos não publicados.

Algumas perguntas expostas por Gibbons (2004, *apud* TOMAÉL; SILVA, 2007), precisam ser respondidas para o melhor desenvolvimento e funcionamento de um repositório institucional, por exemplo:

- ✓ Quem pode depositar trabalhos no repositório institucional?
- ✓ Somente os membros da organização ou também membros externos?
- ✓ Tipos de materiais e objetos digitais que poderão ser incluídos?
- ✓ O repositório institucional poderá ser utilizado para propósitos comerciais?
- ✓ A coleção será formada por materiais depositados pelos próprios autores ou por terceiros que se responsabilizarão pelo depósito dos materiais dos autores?
- ✓ Haverá aprovação prévia para a disponibilização do material?
- ✓ Os documentos depositados no repositório institucional poderão ser atualizados?
- ✓ Quem será o responsável legal do repositório institucional?

Há muitos pontos para serem considerados na criação de uma política de uso para um repositório institucional. É importante analisar questões simples, mas que necessitam estar explicitadas na política de RI, tais como: a segurança dos dados, o tutorial, a definição dos níveis de acesso e a indicação de um mediador/avaliador na submissão de trabalhos.

Para que o repositório institucional tenha sucesso e assegure a disseminação da produção acadêmica, pode ser necessário o desenvolvimento de uma política de privacidade que determinará os níveis de acesso necessários e a análise de casos específicos. Nestes casos, o software do repositório precisa estabelecer esses limites para assegurar que esteja em conformidade com a política (TOMAÉL; SILVA, 2007).

6.7 Sustentabilidade e Financiamento

É claro que um repositório institucional necessita de suporte financeiro para garantir sua legitimidade e sustentabilidade. Sem o apoio institucional com o projeto, os custos e as responsabilidades com um repositório institucional, serão onerosos, inviabilizando que um departamento ou unidade possam sustentá-los.

Para assegurar a sustentabilidade é indispensável o apoio da administração da instituição e como uma iniciativa institucional, os objetivos do repositório devem estar em conformidade com o planejamento acadêmico institucional (TOMAÉL; SILVA, 2007).

Para Gibbons (2004 *apud* TOMAÉL; SILVA, 2007) os custos de um repositório institucional variam dependendo de instituição e de fatores que ela avalia como: o

sistema em si, nível de especialidade de pessoal e infraestrutura existente. Ou seja, este custo está relacionado principalmente, ao grupo de trabalho (técnicos e especialistas) e aos equipamentos. A equipe de trabalho, segundo a autora, é componente de maior investimento de um projeto de repositório institucional. O pessoal técnico é necessário para iniciar, customizar e manter o sistema. Componentes essenciais são, também, os equipamentos e os softwares requeridos. Além disso, é necessário prever, espaço para a armazenagem; apesar de prevermos que com o passar dos anos este custo diminuirá, visto que esta seja uma prática comum atualmente. Estão sendo realizados esforços em todo o mundo para disponibilizar os documentos digitais, um movimento ainda mais forte com o Movimento de Acesso Aberto, e isso é mais uma vantagem que faz com que o custo da armazenagem caia significativamente.

É importante que instituição reconheça o repositório institucional como um compromisso de longo prazo, para a comunidade universitária, bem como para o espaço acadêmico em geral e para o grande público. Lynch (2003 *apud* HENNING, 2013, p.80) enfatiza que o estabelecimento de um repositório institucional deve ser planejado, inclusive financeiramente; e havendo necessidade de cortes, o último item a ser cortado deve ser o repositório institucional, isto porque a preservação digital requer atenção firme e consistente. Os repositórios institucionais merecem que sua confiança seja assegurada, além disso, ela reflete e representa a instituição no meio acadêmico e científico.

A sustentabilidade de um repositório depende de definições da equipe e as decisões podem ser tomadas de acordo com o contexto institucional e, claro, o ambiente de trabalho. Com os recursos disponibilizados pelo crescente grupo de Acesso Aberto e com investimentos mais modestos, algumas instituições acadêmicas estão estabelecendo programas de repositórios a custos acessíveis ou quase zero.

Manutenção e sustentabilidade dos repositórios institucionais são fatores importantes porque requerem políticas e recursos financeiros de longo prazo. Várias questões tendem a pressionar mudanças que podem ser cruciais para a continuidade do projeto. A equipe envolvida deve estar ciente dessas pressões e saber as consequências das mudanças para poder administrá-las (DRAKE, 2004, *apud* TOMAÉL & SILVA, 2007).

A política de um repositório institucional deve prever também o futuro do projeto. A resposta para o fracasso de muitos projetos, segundo Lynch (2003 *apud* HENNING, 2013, p.80), é a falta de políticas institucionais, incompetência na gestão ou por problemas técnicos. Por causa de falhas como estas o acesso pode ser interrompido ou a perda de todo o material armazenado.

7 POLÍTICAS DE RI

Neste tópico narraremos e analisaremos o processo de criação dos RI's e de suas políticas dos três repositórios escolhidos para observação, pois são os mais completos e o que mais se aproximam da realidade da PUC-Rio. Todas três instituições possuem artigos que narram todas as fases de implantação dos RI's. Na literatura analisada até o momento, constata-se que a política norteia o RI, mas que ela não é engessada, podendo ser atualizada conforme a necessidade de atualização, da instituição, seus objetivos e propostas. Importante ressaltar a importância do diálogo e da participação da comunidade.

Uma das observações de Kuramoto (2009) é que nas instituições de ensino superior em que foram estabelecidos mandatos ou políticas, o registro e o depósito das teses e dissertações sendo obrigatório, houve um crescimento e maior visibilidade de suas bibliotecas. No entanto, nas instituições que não tiveram essa preocupação, as bibliotecas continuaram paradas, sem grande desenvolvimento. Portanto, segundo o autor, afirma-se a importância de se estabelecer uma política ou mandato obrigatório na instituição. Caso contrário, a iniciativa de registro desta produção estará fadada ao fracasso.

7.1 Universidade Federal da Bahia

O RI da Universidade Federal da Bahia inicia-se em 2007 com o objetivo de disponibilizar o conteúdo da produção da Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), e que vai buscar apoio no Departamento de Processamento de Dados da universidade para a instalação do Dspace. Esta iniciativa foi apresentada como uma das alternativas para minimizar o uso de cópia dos livros da editora. Conforme os autores Rosa; Meirelles; Palacios (2011) narram, havia um desconhecimento do departamento com relação à implantação de repositórios e foi necessário mobilizar um suporte inicial, através de seleção e circulação de artigos técnicos e científicos que tratavam do tema. O Dspace foi instalado no servidor da UFBA em setembro de 2007, mas os responsáveis perceberam que para alcançar os resultados desejados, a criação do RI deveria ser repensada na forma de um projeto mais amplo e não restrito apenas à EDUFBA.

Parafraseando os autores, o projeto foi estruturado, pensando o RI como uma política da Instituição, e suas principais motivações foram:

- a) A redução da exclusão cognitiva;
- b) Ampliação da visibilidade da pesquisa da UFBA em todas as áreas;
- c) A possibilidade de redução do uso de cópias de livros no ambiente acadêmico;

- d) Ampliação da visibilidade da produção das áreas multimídia nas Artes (Dança, Música, Teatro e Artes Plásticas);
- e) Melhoria do posicionamento da UFBA no cenário acadêmico, e sua maior contribuição efetiva no desenvolvimento da ciência do país. (ROSA; MEIRELLES; PALACIOS, 2011).

Como em tantas outras instituições a Universidade do Minho serviu de modelo para o projeto da UFBA. Por isso, em junho de 2008, é realizada uma visita técnica à Universidade do Minho onde foi possível dialogar com o Prof. Dr. Eloy Rodrigues, diretor do Centro de Documentação e idealizador do projeto de implantação do RI da Universidade do Minho. Segundo os autores, a principal questão levantada por Rodrigues dizia respeito às dificuldades inicialmente enfrentadas em função da ausência de uma política institucional, quando da implantação do RI naquela universidade. Mas que depois que instaurada a política, observou-se a ampliação da adesão da comunidade ao auto arquivamento permitido por essa modalidade de arquivo aberto e do software utilizado (ROSA; MEIRELLES; PALACIOS, 2011).

Ainda em junho o projeto foi apresentado ao Reitor da UFBA, Prof. Dr. Naomar de Almeida Filho, que, de imediato, entendeu que o RI deveria, de fato, ser encaminhado como uma política da Instituição.

[...] para pesquisadores trabalhando em países desenvolvidos a disponibilização eletrônica de material científico e acadêmico representa acesso mais rápido às informações especializadas que, eventualmente, serão incorporadas em suas versões impressas às bibliotecas de suas instituições. Em países menos desenvolvidos o acesso à versão digital pode significar a única forma possível de se ter contato com esse tipo de material, haja vista as crônicas deficiências dos acervos das bibliotecas universitárias e de outras instituições de pesquisa, especialmente no que diz respeito a periódicos especializados correntes (PALACIOS, 1997, *apud* ROSA; MEIRELLES; PALACIOS, 2011).

Para a implantação da política institucional para respaldar o projeto do RI da UFBA, narrado pelos autores, foi necessária a criação de um Grupo Gestor para elaborar as políticas de depósitos. Essa questão envolveu o estabelecimento de critérios de disponibilização, definição de aportes financeiros, elaboração de linhas de trabalho para sensibilização da comunidade científica da Universidade. A sugestão de uma política institucional foi apresentada para aprovação final pelo Conselho Universitário da UFBA, instância suprema da Instituição, ainda em 2009. Somente após a aprovação da política, seguiu-se para o próximo passo: o processo de customização do sistema para adequá-lo às políticas estabelecidas.

O planejamento consistiu nas seguintes etapas (ROSA; MEIRELLES; PALACIOS, 2011):

1. Atualização da versão do DSpace: o sistema foi atualizado para versão 1.5.1 com banco de dados PosGreSql e sistema operacional Linux, instalado em um servidor da UFBA;
2. Customização do formulário de entrada: consistiu em adequar o formulário padrão do DSpace às necessidades de descrição dos registros a serem depositados no RI de acordo com as políticas de conteúdo do RI. Nesta etapa foi definido o levantamento dos metadados, associação dos metadados com o padrão Dublin Core e ajustes do formulário padrão do DSpace para entrada dos dados;
3. Implantação do tema: foram realizados ajustes para adequar o layout do sistema à proposta do RI. Nessa etapa optou-se por não se realizar grandes mudanças na estrutura do sistema, pois o mesmo já possui uma arquitetura funcional e a manutenção da estrutura padrão também facilita a inserção de novos recursos e a atualização de versão;
4. Configuração das comunidades: foi elaborada uma estrutura baseada nas políticas de conteúdo, de submissão e preservação de acordo com os recursos disponíveis no sistema. Com base nessa estrutura o RI é organizado a partir de Comunidades – unidades orgânicas (Escolas, departamentos e centros de pesquisa). Cada comunidade pode organizar os seus documentos em diferentes Coleções individualmente, com base na política do RI.

Foi criado um projeto com o conteúdo dos livros da EDUFBA e por ser um órgão interdisciplinar e aglutinador que interage com todas as áreas da Universidade e agrega uma parte da produção científica da UFBA. Portanto, o Conselho Editorial definiu uma política adotada para o RI:

Segundo os autores, o Conselho Editorial da EDUFBA será soberano nas decisões relativas ao arquivamento dos conteúdos produzidos pela Editora:

- ✓ Todo e qualquer conteúdo, já publicado, para ser disponibilizado deverá ter a concordância do autor (es) ou organizador (es), mediante assinatura de um termo. Os autores com conteúdos a serem publicados, no ato de assinatura do contrato, estarão autorizando sua disponibilização, obrigatoriamente. Os livros esgotados e relevantes, após análise do Conselho Editorial, serão disponibilizados na íntegra;

- ✓ As Coleções Manuais e Sala de Aula, além de outras que surgirem tendo como objetivo dar suporte aos cursos de graduação e pós-graduação serão disponibilizadas na íntegra, independente da data de lançamento;
- ✓ Títulos definidos pelo Conselho Editorial, a partir da análise do parecer, que se destina a um público muito restrito, ficarão disponíveis apenas no RI;
- ✓ Os novos títulos, excetuando as coleções definidas anteriormente, serão arquivados no RI após seis meses de lançamento, salvo nos casos em que editais e/ou contratos recomendem a obrigatoriedade do acesso livre imediato (EDITORA DA UFBA, 2008).

Segundo os autores Rosa; Meirelles; Palacios (2011), a experiência ainda em andamento da UFBA indica que é necessário, o estabelecimento de uma política institucional para o repositório e outras medidas convergentes para o uso do acesso livre à produção resultante dos trabalhos de pesquisa, ensino e extensão. Outro elemento que apontam os autores é o estabelecimento da parceria com pessoal técnico de informática, com uma presença contínua de consultores aptos para a função.

Igualmente importante na experiência da UFBA, foi o estabelecimento de um projeto piloto, onde o sistema pudesse ser testado, identificando-se os problemas mais usuais na fase da implantação e testando soluções adequadas. Trabalhar a partir de parâmetros gerados por experiências já consolidadas é outro aspecto a ser tomado em conta, quando da implantação de repositórios institucionais. No caso da UFBA, o repositório da Universidade do Minho, tem servido como fonte importante para referência e modelagem, conforme menciona Rosa; Meirelles; Palacios (2011).

A comunidade científica tem que estar ciente da importância de sua participação nesse processo, que requer adesão, entendimento do processo e suas possibilidades e, acima de tudo, motivação, entendendo que a visibilidade, a acessibilidade e o impacto serão as principais razões para incentivar essa comunidade.

7.2 Universidade Federal de Lavras

No artigo das autoras Medeiros; Ferreira (2014), que narra a criação do RI da Universidade Federal de Lavras (UFLA), o start do RI da universidade foi a campanha que o IBICT realizou e realiza na promoção da popularização da informação científica e tecnológica, com projetos voltados para o movimento do acesso livre ao conhecimento. Na perspectiva de promover o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, a socialização e a integração do

conhecimento científico-tecnológico, o IBICT, em parceria com a FINEP, lançou o edital de chamada FINEP/PCAL/XBDB, no intuito de apoiar projetos de implantação de RI nas instituições públicas (federais, estaduais e municipais) de ensino e pesquisa, de modo a possibilitar o registro e proporcionar maior visibilidade e disseminação da produção científica dessas instituições. A política aplicada pelo IBICT traçou as normas e a forma de operacionalização dos RIs pelas instituições de ensino e pesquisa, cabendo especificamente a estas instituições o compromisso de viabilizar as ações necessárias à implantação, as quais podem formular diretrizes específicas de acordo com a instituição, desde que essas não sejam contraditórias com a política traçada pelo IBICT que, procura sustentar a execução da implantação do RI de forma efetiva seguindo instruções do edital (MEDEIROS; FERREIRA, 2014).

Nesse contexto, a UFLA identificou, em 2011, uma oportunidade para participar dessa política desenvolvida pelo IBICT. A universidade já tinha implementado, antes de 2011, algumas iniciativas para ampliar a divulgação dos resultados das suas pesquisas científicas. Em 2005, por meio de portaria da Capes, de 15 de fevereiro de 2006, a Biblioteca Universitária da UFLA implantou a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), um dos primeiros passos para tornar acessível sua produção científica. Visando ampliar a forma de divulgação da produção acadêmica da UFLA, em dezembro de 2011, por meio de um projeto de mestrado profissional em administração pública, a autora, lotada na Biblioteca Universitária da UFLA, por meio de um projeto, aderiu ao edital FINEP/PCAL/XBDB (MEDEIROS; FERREIRA, 2014). Para tanto, foi realizado um levantamento dos dados referentes à série histórica de sua produção científica, abrangendo o período de 2007/2011, entre artigos, dissertações e teses, relação de revistas e de livros publicados, cursos de pós-graduação, levantamento de bolsistas de produtividade e um projeto com a proposta de um cronograma de implantação do repositório, encaminhando-se ainda, um termo de compromisso institucional, assinado pelo reitor, com os requisitos obrigatórios citados anteriormente.

Embora não houvesse a certeza de contemplação da UFLA com essa política, procedeu-se à formulação da PIIUFLA, com base no modelo apresentado por Kuramoto (2010, *apud* MEDEIROS; FERREIRA, 2014) e pela análise das políticas de outras instituições. Conforme já relatado, a construção de um RI envolve três etapas: planejamento, implantação e funcionamento, a fim de que a iniciativa de construção do RI seja bem sucedida (LEITE *et al.*, 2012, *apud* MEDEIROS; FERREIRA, 2014). Pautada nessa orientação, a autora do projeto propôs o projeto do RIUFLA, dando início à ela-

boração das etapas de planejamento e da implementação, que apresentam as atividades que alicerçaram a implantação do projeto, e que, posteriormente, subsidiariam a avaliação do mesmo.

O planejamento do RI foi formulado com base em Leite (2009) e Leite *et al.* (2012, *apud* MEDEIROS; FERREIRA, 2014) e nas diretrizes traçadas pelo IBICT. Algumas etapas do planejamento do RIUFLA (Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras) foram descritas na formulação da PIIUFLA (Política Institucional de Informação da Universidade Federal de Lavras), a qual passou, posteriormente, pela avaliação e aprovação da Comissão Técnica da Biblioteca Universitária da UFLA.

Como o projeto de implantação do RI na UFLA foi realizado mediante a adesão ao edital FINEP/PCAL/XBDB, os custos de implantação não foram mencionados, pois a linha de apoio foi o kit tecnológico, de forma que os custos foram com recursos humanos e treinamento. Nesta fase as autoras relatam que por meio de portaria da Diretoria da Biblioteca Universitária da UFLA, constituiu-se a equipe técnica responsável pelo gerenciamento do RI, formada por cinco profissionais, entre bibliotecários, assistentes administrativos e técnicos em informática e que após a formação desta equipe, todas as decisões e etapas para a implantação do RIUFLA foram decididas em conjunto com a autora do projeto. Definida a equipe técnica, foi necessário tomar decisões sobre os procedimentos e estabelecer as regras de funcionamento do repositório, bem como a definição daquilo que seria oferecido aos membros da comunidade. Dessa forma, foi necessária a definição do planejamento de serviços, dos objetivos, além de determinar os tipos documentais que seriam contemplados. Dessa forma, foram definidos os objetivos do RIUFLA, os conteúdos do depósito, os principais usuários e as responsabilidades da Biblioteca.

Assim, o RIUFLA, como um sistema eletrônico que armazena a produção intelectual da UFLA em formato digital e permite a busca e a recuperação para seu posterior uso, tanto nacional quanto internacional, pela rede mundial de computadores, tem como principais objetivos (MEDEIROS; FERREIRA, 2014):

- a) Divulgar toda e qualquer produção intelectual da UFLA, ressalvados os casos de obras protegidas por contrato de direito de propriedade intelectual ou que contenham invenções ou modelos de utilidade passíveis de patenteamento, nos termos da legislação aplicável;
- b) Garantir, facilitar e ampliar o acesso à produção intelectual, observada a legislação que rege e disciplina a matéria;

- c) Potencializar o intercâmbio da UFLA com outras instituições;
- d) Preservar a produção intelectual da Universidade;
- e) Subsidiar a gestão de investimentos em pesquisa na Universidade.

Para a concretização do projeto foi necessário que a equipe do RIUFLA definisse as responsabilidades da biblioteca no gerenciamento do repositório, os quais estão previstos na PIIUFLA. Dessa forma, ficou determinado que compete à Biblioteca Universitária da UFLA a adoção, o desenvolvimento e a manutenção do RIUFLA, como também (MEDEIROS; FERREIRA, 2014):

- a) Aprimorar e apoiar o desenvolvimento de subsistemas de registros de informações, uma vez que sejam do âmbito da produção intelectual, e demais informações geradas pela UFLA;
- b) Criar normas que orientem os departamentos e setores da UFLA sobre o registro e o depósito da produção intelectual e demais informações geradas pela instituição, oriundas de atividades nelas desenvolvidas;
- c) Orientar a organização do conjunto de informações institucionais referentes à produção intelectual e demais informações geradas pela UFLA;
- d) Orientar o desenvolvimento de bases de dados que atuam como repositórios institucionais, agregando informações;
- e) Orientar sobre o sistema de coleta e divulgação de dados, garantindo a qualidade destes e a compatibilidade das séries históricas.

Segundo ainda as autoras, o próximo passo no planejamento do RI foi à definição dos tipos de documentais e seus formatos. Esta proposta também foi sugerida por meio da PIIUFLA e avaliados e aprovados pela Comissão Técnica da Biblioteca da UFLA. Com base na produção acadêmica da UFLA, estabeleceram-se, inicialmente, os seguintes documentos contemplados no depósito no RI:

- a) Artigos publicados em revista científica, na qual haja processo de seleção por meio de revisão por pares;
- b) Artigos/trabalhos publicados em eventos científicos, nos quais haja processo de seleção por meio de revisão por pares;
- c) Dissertação e tese, após avaliação por banca específica;
- d) Livros ou capítulos de livros, após avaliação por banca específica da editora;
- e) Patentes, desde que não haja cláusula de confidencialidade;
- f) Resumos de trabalhos, aprovados para apresentação em eventos acadêmico-científicos.

E ainda, outros trabalhos poderão ser incluídos no RI, de acordo com as demandas dos departamentos, mas após passar por análise da equipe técnica do RI. Por outro lado, estabeleceu-se, por meio da PIIUFLA, que alguns documentos não estarão disponíveis no repositório, devido a questões legais. Observada a legislação pertinente, toda a produção intelectual gerada pela UFLA poderá ser depositada integralmente no RI, o que deve ser realizado imediatamente após a sua aprovação para publicação, exceto nos seguintes casos (MEDEIROS; FERREIRA, 2014):

- a) Quando caso fortuito impossibilitar o depósito imediato, o autor ou o coautor terão um prazo máximo de até seis meses, da data de publicação da produção, para depositá-la no RI;
- b) Quando se tratar de livros ou capítulos de livros, artigos publicados em revistas científicas com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativos a direitos autorais, ou documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteadas, ficam desobrigados de depósito integral e imediato no RIUFLA.

Após a fase do planejamento, iniciou-se a fase da implementação do RI na UFLA, a qual estava condicionada à aprovação da PIIUFLA e às fases de implantação do projeto piloto. A aprovação da PIIUFLA estava condicionada à avaliação de atores da comunidade universitária, tais como os Conselhos Universitários e a Procuradoria. Esta política foi encaminhada, pela autora do projeto do RI, à Comissão Técnica da Biblioteca da UFLA para análise e aprovação e, posteriormente, enviada aos Conselhos Superiores da universidade. Primeiramente, foi encaminhada para apreciação no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) que, após apreciação, encaminhou à Procuradoria, para proceder a uma análise jurídica, ficando neste setor de março a novembro de 2012. A avaliação da procuradoria demandou um período de tempo extenso, pois, segundo o procurador, os próprios contornos da política, como direitos autorais, propriedade intelectual, entre outras questões, levavam à necessidade de uma análise mais profunda (MEDEIROS; FERREIRA, 2014).

Após algumas modificações na PII, ela foi desmembrada em duas políticas, a política de criação do RIUFLA e a PIIUFLA. Em novembro de 2012, a procuradoria encaminhou a política para o Conselho Universitário (CUNI) e a PII foi aprovada com previsão de revisão para 180 dias, previsto para maio de 2013. Em observância à determinação do edital e visando garantir o depósito das publicações no RI por parte dos pesquisadores, a PIIUFLA foi proposta como sendo de caráter obrigatório, não sendo

aprovada em sua primeira proposição ao CUNI. Provavelmente, a desaprovação deu-se em virtude ao desconhecimento dessa política e do próprio repositório, pois naquele momento os atores responsáveis pela análise e aprovação da política desconheciam o assunto e não houve tempo para divulgação. Quando ocorrer esta revisão, pretende-se a aprovação da política como obrigatória, pois ela já está sendo divulgada na universidade (MEDEIROS; FERREIRA, 2014).

As autoras ressaltam ainda que, no projeto encaminhado ao IBICT, foi definido que a implantação se iniciaria de forma gradual e setORIZADA, para, posteriormente, abranger toda a instituição. Essa decisão deu-se em função das recomendações de Leite (2009, p. 6) de que a implantação do repositório passe por um período de atividade experimental, visando identificar as principais dificuldades operacionais, para, posteriormente, realizar o lançamento oficial na instituição.

Devido ao desconhecimento da operacionalização do sistema, os desafios e as dificuldades relatadas na literatura também foram enfrentados pela equipe técnica do RIUFLA. As principais dificuldades enfrentadas foram quanto à elaboração da política de funcionamento do RI, à capacitação da equipe, às questões relacionadas com a infraestrutura tecnológica, à definição dos metadados e às questões de direitos autorais (MEDEIROS; FERREIRA, 2014).

Quanto à plataforma utilizada o software escolhido foi Dspace, que é referência mundial para a implantação de repositórios, devido às suas inúmeras funcionalidades. O uso do DSpace permite estruturar a informação do repositório, conforme a estrutura organizacional da instituição, de modo a identificar departamentos, setores, escolas por meio de comunidades e de coleções (PAVÃO *et al.*, 2008, *apud* MEDEIROS; FERREIRA, 2014). Dessa forma, o RIUFLA foi estruturado a partir de comunidades, subcomunidades e coleções. As comunidades são os departamentos, as subcomunidades os programas de pós-graduação e, dentro de cada comunidade e subcomunidades, suas respectivas coleções.

Após a criação das comunidades e subcomunidades, a próxima etapa foi a definição dos metadados dos documentos. O Dspace já vem configurado com um formulário único para todo tipo de documento, podendo a instituição usar este formulário ou customizar um formulário próprio para cada tipo de publicação. Uma reunião com a equipe técnica foi realizada e devido às características e aos tipos de informações em cada documento optou-se pelo uso de um formulário para cada tipo de documento. Assim definiram-se os metadados para cada formulário e a parte da configuração foi reali-

zada pelo TI. Esta tarefa mostrou-se bastante complexa e despendeu bastante tempo por parte da equipe da Biblioteca da UFLA.

O Dspace já vem com uma configuração padrão, no entanto, é importante que a instituição trabalhe no visual, de acordo com os objetivos e a estrutura do repositório. Dessa forma, a equipe técnica solicitou a confecção do logo do RI para a Assessoria de Comunicação da UFLA, como narra Medeiros; Ferreira (2014).

Em seguida, definiram-se as políticas de gerenciamento do RI, especificando o tipo de arquivamento e as licenças. Estas políticas foram expressas em um documento que busca auxiliar no processo de submissão/depósito do RI. Este documento é denominado Orientações para uso do repositório institucional da Universidade Federal de Lavras, que pode ser consultado no site do RIUFLA.

Como contempla a PIIUFLA, os artigos científicos publicados a partir de 2013 e outras publicações poderão ser depositadas no RI até o prazo máximo de seis meses, a partir da data de sua publicação (MEDEIROS; FERREIRA, 2014). O lançamento oficial do RIUFLA no departamento piloto aconteceu no dia 22 de fevereiro de 2013, na assembleia departamental em que foi apresentado o repositório.

O projeto piloto no departamento pode ser considerado como uma estratégia hábil para implementar a política do repositório da UFLA, pois subsidiou avaliações sobre as principais limitações operacionais e a resistência dos pesquisadores em realizar o auto arquivamento. A conscientização dos docentes em relação ao depósito voluntário é, portanto, um ponto importante na implementação do RIUFLA e deve ser trabalhado continuamente na comunidade universitária.

Após a implantação do projeto piloto, divulgou-se uma nota para a página institucional da UFLA, em que toda a comunidade acadêmica da universidade foi convidada a participar do repositório, realizando o depósito de suas publicações. Além disso, a equipe técnica elaborou um plano de divulgação nas assembleias dos demais departamentos, o qual iniciou no mês de março/2013 com término em agosto/2013, a divulgação foi feita em dezesseis departamentos. Outras iniciativas foram promovidas, como envio de e-mails para os pesquisadores, notícias vinculadas na página da Biblioteca, na página da UFLA e a criação de perfil nas redes sociais, como Facebook e Twitter (MEDEIROS; FERREIRA, 2014).

Compreender o processo de implementação do RI na UFLA é um importante passo para enfatizar a importância do processo de formulação de uma política e destacar as diretrizes que as instituições devem seguir para implementar os seus repositó-

rios institucionais. E como observa as autoras Medeiros; Ferreira (2014), a importância de se realizar um projeto piloto em um departamento da instituição, o qual permitiu compreender não só questões operacionais do RIUFLA, como também o envolvimento dos pesquisadores. Assim, em nível menor, de um departamento, foi possível detectar as limitações e buscar soluções, o que facilitou a implementação nos outros departamentos. As ações que ainda necessitam de maior atenção, no caso do RIUFLA, são as questões de obrigatoriedade do depósito, a conscientização de seus pesquisadores e um plano efetivo de divulgação.

7.3 ARCA/FIOCRUZ

A Fundação Oswaldo Cruz está alicerçada em estruturas que dinamizam uma rede de fluxos informacionais interagindo e trocando informações e conhecimento, entre as atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, ensino e produção (SANTOS *et al*, 2014).

O movimento global de acesso aberto ao conhecimento veio fortalecer essa perspectiva histórica adotada pela Fiocruz. Além de contribuir para que se definisse institucionalmente a criação de uma infraestrutura para a sistematização de sua produção científica, por meio do Repositório Institucional Arca, assim como para a formulação de um conjunto de diretrizes voltadas para uma política institucional que oriente esse processo.

Como menciona Santos *et al* (2014) o marco da institucionalização do acesso aberto na Fiocruz é iniciado com o debate e a inclusão do objetivo estratégico “Priorizar a política de acesso livre na gestão da informação e do conhecimento produzido na Fiocruz”, em 2010.

Narrado pelos autores, após a definição dessa diretriz, duas iniciativas voltadas para a sistematização da produção científica foram implementadas na instituição, a criação do Repositório Institucional Arca, lançado em 2011, criado e mantido pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), da FIOCRUZ.

Sua função é hospedar, disponibilizar e dar visibilidade à produção intelectual da Instituição, reunindo-a em um único ponto de acesso. Trata-se de estimular a mais ampla circulação do conhecimento, a fim de fortalecer o compromisso institucional com o livre acesso à informação científica em saúde, além de conferir transparência e incentivar a comunicação científica entre pesquisadores, educadores, acadêmicos, gestores, alunos de pós-graduação e toda a sociedade civil. O Arca é o principal instrumento de realização da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz (SANTOS *et al*, 2014).

A Fiocruz adota, em seu modelo de gestão, instâncias de decisão coletiva, das quais as mais importantes são o Congresso Interno, que valida seu Plano Quadrienal, e as Câmaras Técnicas, responsáveis pelo assessoramento à Presidência e ao Conselho Deliberativo em suas áreas específicas de atuação. Coordenada pela Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação, a Câmara Técnica de Informação e Comunicação é responsável pelas análises e proposições relativas a esse campo de atuação institucional. A necessidade de uma política institucional que orientasse as práticas em relação ao acesso aberto foi apreciada pela Câmara Técnica de Informação e Comunicação em sua reunião de 2012 (SANTOS *et al*, 2014). Formou-se um grupo de trabalho constituído por especialistas, tendo por objetivo formular documento-proposta de Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz.

As linhas de ação do grupo, conforme afirmam os autores, foram: a) o estudo sobre o tema, considerando o contexto global e iniciativas nacionais; b) a definição da estrutura e escopo da Política de Acesso Aberto; c) o desenvolvimento da política.

A análise das iniciativas nacionais e internacionais e os estudos realizados a partir de visitas técnicas, revisão da literatura e participação em eventos científicos com a participação de especialistas, possibilitaram um amplo aprendizado organizacional. Foram definidos conceitos e traçadas estratégias que deveriam estar contempladas na referida Política – estímulos e financiamento, mecanismos de governança, caráter mandatório, infraestrutura tecnológica, recursos humanos e direitos autorais (SANTOS *et al*, 2014).

Após a conclusão da proposta elaborada pelo grupo, que considerou que o tema do acesso aberto é transversal às áreas de atuação da instituição, com impactos nas atividades de pesquisa e ensino, a Política foi aprovada pelas Câmaras Técnicas de Informação e Comunicação, de Pesquisa e de Ensino.

Questões como as instâncias de governança da Política e do Repositório Institucional, a composição e as responsabilidades de cada uma delas; o caráter mandatório e a preservação da livre escolha dos periódicos para publicação dos trabalhos científicos foram levantados na consulta pública e amplamente debatidos. Entretanto, os questionamentos das unidades referiam-se aos aspectos operacionais para efetiva implantação da política, ao contrário das questões substantivas e de conteúdo, como cessão de direitos autorais ou o caráter mandatório (SANTOS *et al*, 2014).

A Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz, segundo aos autores, está estruturada em oito princípios gerais, 32 artigos distribuídos nos seguintes capítulos:

Capítulo 1. Definições e objetivos,

Capítulo 2. Instâncias e mecanismos de governança,

Capítulo 3. Diretrizes de operação do Repositório Institucional Arca,

Capítulo 4. Direitos e deveres dos autores,

Capítulo 5. Do estímulo e do financiamento,

Capítulo 6 – Disposições finais.

Em uma apresentação sintética, os autores destacam os seguintes artigos:

- ✓ O Art. 6º, que determina o caráter mandatório, sendo obrigatório o depósito, no Repositório Institucional Arca, das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-graduação da Fiocruz e dos artigos produzidos no âmbito da Fiocruz e publicados em periódicos científicos.
- ✓ O Art. 9º, que apresenta a seguinte estrutura de governança: Comitê da Regulação da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento; Comitê Gestor do Repositório Institucional Arca; e Núcleos de Acesso Aberto ao Conhecimento (NAACs).
- ✓ O Art. 16, que determina que a gestão operacional do Repositório Institucional Arca é responsabilidade do Icict, de forma compartilhada com todas as unidades.
- ✓ O Art. 23, que define que os artigos científicos publicados em periódicos com restrição de acesso deverão ser depositados no Repositório Institucional Arca e ficarão embargados pelo período de tempo definido em contrato pelo periódico. Após o período de embargo, os artigos científicos depositados no Arca serão disponibilizados em acesso aberto.

Após a aprovação da Política, três frentes de trabalho seguiram em curso (SANTOS *et al*, 2014):

A primeira refere-se à implantação do Plano Operativo do Repositório Institucional Arca. Conforme estabelecido na Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, o Repositório Institucional Arca é o principal instrumento de realização do acesso aberto instituído por ela, tendo como função hospedar, disponibilizar e dar visibilidade à produção intelectual da Instituição. O Arca conta com um Comitê Gestor responsável pela coordenação, gestão, operação, participação e adesão ao repositório institucional em articulação com o Núcleo de Acesso Aberto ao Conhecimento (NAAC) das unidades, definindo linhas de ação, plano de trabalho e operação, garantindo o alinhamento entre

as unidades. O plano operativo tem como objetivo detalhar papéis, responsabilidades, infraestrutura e fluxos para operação e manutenção do Arca, inicialmente no que se referem a teses, dissertações e artigos científicos, conforme estabelecido na mencionada Política (SANTOS *et al*, 2014).

O segundo grupo de trabalho, coordenado pela VPEIC e constituído pelo Iicict e pela Coordenação de Comunicação Social, responsável pela elaboração e implantação das estratégias de comunicação e sensibilização da Política. O grupo de trabalho definiu como estratégias:

1. Disseminação da cultura do acesso aberto na Fiocruz e estímulo à adesão à Política pelos autores da Fiocruz e o depósito da produção intelectual da instituição no Repositório Institucional Arca;
2. Divulgação ampla da Política em pauta não somente na Fiocruz, contemplando todas as suas Unidades, como nas instituições parceiras, de ensino e pesquisa, governo, instituições da área de Saúde, C&T e para a sociedade;
3. Elaboração de campanha sobre a Política de Acesso Aberto e repositório institucional para os diferentes públicos e veículos – e-mail institucional, redes sociais, portal Fiocruz, Agência Fiocruz de Notícia, revistas científicas da Fiocruz, assessorias de comunicação das Unidades, WebTV imprensa, entre outros.

O terceiro grupo de trabalho diz respeito a adequação dos instrumentos jurídicos internos centrais da Instituição e das Unidades à Política institucional de Acesso Aberto, em especial os editais e regimentos, bem como a identificação e elaboração dos instrumentos de transferência de direitos autorais necessários para a implementação da Política.

Segundo os autores (SANTOS *et al*, 2014), após análise e mapeamento das experiências nacionais e internacionais, são apontados alguns elementos críticos que podem vir a contribuir na implantação de RI nas instituições.

O primeiro aspecto analisado pelos autores Santos *et al* (2014), consiste no entendimento de que o êxito de uma política de acesso aberto depende de diferentes instâncias e que devem ser pensadas na elaboração e implantação de uma política. Essas dimensões referem-se à formulação de diretrizes políticas macro e micro sobre acesso aberto: políticas de Estado, política Institucional e políticas das agências de financiamento. As macropolíticas referem-se às políticas de Estado que determinam a obrigatoriedade da publicação da produção científica das instituições públicas em repositórios institucionais.

Ainda como macropolítica, os autores ressaltam a definição do caráter mandatário sobre a publicação dos resultados das pesquisas financiadas por agências de fomento. O estabelecimento das macropolíticas facilita e cria condições para as políticas institucionais, uma vez que o caráter mandatário é definido por uma instância maior a qual as instituições públicas estão submetidas. Destaca-se que o aspecto mandatário tem é mais eficiente que o voluntário em registrar a produção científica das instituições.

Um outro aspecto é a relação entre as políticas de acesso aberto e a de propriedade intelectual. Resguardados certos aspectos legais, a política de acesso aberto está plenamente implantada em instituições acadêmicas reconhecidas como líderes da área tecnológica e científica (SANTOS *et al*, 2014).

Entretanto, os autores destacam outros benefícios das macro políticas para a consolidação do movimento quando este atinge o âmbito nacional, criando um cenário positivo para o acesso aberto, desde a incorporação do tema nas agendas institucionais, incluindo o maior esclarecimento dos pesquisadores e a capacitação de recursos humanos para gestão dos repositórios, até a inserção da produção nacional nos fluxos globais da informação científica. Assim, os RI's podem aumentar a visibilidade e o acesso ao seu acervo.

Outro ponto positivo destacado pelos autores é a criação de infraestrutura por meio do desenvolvimento de plataformas de tecnologia livre para colaboração em rede. O ideal é que a infraestrutura seja compartilhada por todas as instituições que aderem ao acesso aberto, facilitando o trabalho em rede por meio da criação de padrões.

A política de acesso aberto exige uma mudança cultural no meio acadêmico, os autores precisam ser sensibilizados e conscientizados a respeito dessa política, especialmente no que se refere aos direitos de autor. O acesso aberto, mesmo que mandatário, não apresenta conflitos com o interesse do autor que, em relação ao conhecimento científico, não tem ordem comercial, somente a visibilidade de seu trabalho e o seu reconhecimento (SANTOS *et al*, 2014).

A participação da comunidade ao depósito de sua produção em repositórios institucionais depende de fatores relacionados ao seu funcionamento, como a facilidade no carregamento, o acesso rápido e um eficiente sistema de busca do acervo.

Por fim Santos *et al*, (2014), destaca que:

“Uma política de acesso aberto e repositórios institucionais devem contribuir por meio de indicadores de ciência e tecnologia para a gestão e formulação de políticas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O mapeamento e sistematização da produção científica das instituições públicas possibilitam a geração de indicadores quantitativos e qualitativos que orientem e expressem as

atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em instituições de ciência, tecnologia e inovação e o posicionamento dessas instituições nos rankings nacionais e internacionais. Esses indicadores devem ser elaborados com base em uma perspectiva abrangente, na qual sejam considerados os processos de produção de conhecimento e de desenvolvimento tecnológico e não somente os produtos gerados, tais como os artigos científicos e as patentes. Isso inclui o impacto social alcançado pelo financiamento de projetos e da implantação de inovações.”

Finalizando, a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz é um instrumento dinâmico, em constante atualização e deverá acompanhar questões como (SANTOS *et al*, 2014):

- ✓ Fortalecer a cultura do compartilhamento de conhecimento e produtos;
- ✓ Ampliar o debate sobre o depósito de livros e capítulos nos repositórios;
- ✓ Reforçar políticas de incentivos aos pesquisadores para depósito;
- ✓ Instituir políticas conjuntas entre instituições e agências de fomento;
- ✓ Quebrar as barreiras no que se refere à abertura do conteúdo educacional;
- ✓ Fortalecer a ampliação do acesso aos materiais educacionais, através de repositórios de recursos educacionais.

Ao adotar a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento Científico, a Fiocruz demonstrou respeito aos direitos autorais, sejam eles morais ou patrimoniais, em relação ao conhecimento produzido e entendeu ser obrigação das instituições públicas garantir que a sociedade tenha acesso ao conhecimento produzido com recursos públicos (SANTOS *et al*, 2014).

A democratização e a universalização do acesso ao conhecimento nas ciências e humanidades é condição fundamental para o desenvolvimento igualitário e sustentável das nações. Constituindo-se como uma instituição de Ciência e Tecnologia em Saúde, a instituição reforçou, portanto, os princípios de uma sociedade justa, equânime e solidária, visando à promoção da saúde e à qualidade de vida das populações. Trata-se não somente de fortalecer os mecanismos de preservação e visibilidade da produção científica institucional e aumento do seu impacto, mas também de contribuir para o desenvolvimento da ciência por meio de uma nova forma de comunicação científica (SANTOS *et al*, 2014).

Assim, com base nesta premissa e na literatura pesquisada e analisada por resultados que alicercem a política do repositório institucional da PUC-Rio adequada ao seu ambiente.

8. RESULTADOS

Após leituras foi constatado que no Brasil, o movimento de acesso aberto foi pioneiro na FIOCRUZ com a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, sintonizando com o Movimento Internacional de Acesso Aberto ao Conhecimento. A FIOCRUZ, através do ARCA, seu RI oficial, foi fonte de pesquisa para este estudo, pois além de seu pioneirismo, mostrou-se alinhado e bem estruturado na realidade brasileira. Mas ainda, sentiu-se a necessidade de analisar outras políticas de RI, mais próximas do ambiente universitário. Assim, tornou-se necessário uma pesquisa no Repositório de Políticas de Repositórios, o ROARMAP, onde realizou-se uma pesquisa com a filtragem: *BRAZIL (country) and Research organisation e.g. university or research institution (POLICYMAKER TYPE)*, o que foi recuperado um total de quatorze políticas, todas de instituições públicas federais e estaduais. Deste resultado, foi selecionado para análise, o RI da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Universidade Federal da Bahia (UFBA), pois se mostrarem mais próximos da estrutura e do ambiente da PUC-RIO, apesar do nosso objeto ser uma universidade privada.

A partir desta pesquisa e das leituras do material coletado, partimos para a conceituação de termos necessários para o entendimento do Movimento do Acesso Aberto, como Via Verde, Via Dourada e Acesso Aberto, para contextualização do RI. Assim, baseado na literatura analisada, este capítulo irá propor uma política para o Repositório Institucional da PUC-Rio, um projeto oficial, demonstrando mais uma vez o pioneirismo e a inovação que tornaram a marca registrada da instituição, uma vez que ainda não existe repositório institucional de nenhuma organização de ensino superior privada:

Da responsabilidade:

Como já vimos, um repositório institucional deve ser um projeto em colaboração entre diversas unidades de uma instituição, que reúna especialistas e esforços de várias unidades, com representação de toda a instituição. Mas é importante que haja a declaração de responsabilidade seja por um setor, comitê, departamento ou até determinada pessoa. A biblioteca como vários autores mencionaram é o órgão mais indicado para a responsabilidade num projeto de RI, pois seu conhecimento especializado e a legitimidade que agrega as pesquisas realizadas no âmbito da instituição de ensino são notórios.

Como mencionado anteriormente, para decisões sobre os serviços, padrões, softwares, acesso, conteúdo e preservação digital e a funcionalidade do RI, considera

necessário que as responsabilidades sejam divididas. Assim, destaca a necessidade de participação de um grupo com distintas competências e influência na instituição. Faz-se necessário uma equipe multidisciplinar com profissionais com conhecimentos em: preservação digital; metadados; usabilidade; design gráfico; propriedade intelectual; e tecnologia da informação.

Do conteúdo:

Para os autores estudados o conteúdo de um repositório institucional está relacionado à comunidade acadêmica e sua política determinará o que deve ser depositado e se os autores ou qualquer outro indivíduo indicado por eles que tem a responsabilidade de fazer o depósito (auto arquivamento). Os membros dessa comunidade são também autores e proprietários dos direitos autorais do conteúdo, portanto, o material armazenado em um RI reflete o conhecimento, a pesquisa e o interesse de uma organização.

Propomos que somente os conteúdos mencionados abaixo sejam contemplados no RI e que como uma forma de aceitação por parte da comunidade acadêmica o depósito seja por auto arquivamento, podendo ser designado pessoa do departamento do autor/pesquisador para fazê-lo.

- a) Artigos publicados em revista científica revisada por pares;
- b) Artigos/trabalhos publicados em eventos científicos revisado por pares;
- c) Dissertação e tese, após a avaliação por banca;
- d) Patentes, desde que não haja cláusula de confidencialidade;

Consideraremos os formatos dos materiais que poderão ser armazenados inicialmente como: doc, pdf, html, correspondendo ao material contemplado por depósito. Mas a customização e estrutura proposta abarcarão outros formatos indicando uma visão futura mais ampla do RI. Sobre a qualidade da informação, proponho que, inicialmente, somente texto completo, atuais e acabados, com uma data presente de corte para início de depósito.

Dos aspectos legais

Como as bibliotecas, o repositório institucional é somente o custodiador do material armazenado ele não é seu proprietário. Mas considerando que a PUC-Rio já tem delineado em sua constituição uma política de acesso aberto, propomos uma política Informacional em âmbito macro ao do RI, onde seu caráter mandatório alicerçaria:

- ✓ Determina o caráter mandatório, sendo obrigatório o depósito, no Repositório Institucional, das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-

graduação PUC-Rio e dos artigos produzidos no âmbito da PUC-Rio e publicados em periódicos científicos.

- ✓ Que apresenta em cada departamento de pesquisa da instituição, núcleo de análise de conteúdo legal e patente.
- ✓ Que determina que a gestão operacional do Repositório Institucional seja responsabilidade da DBD, de forma compartilhada com todas as unidades.
- ✓ Que define que os artigos científicos publicados em periódicos com restrição de acesso deverão ser depositados no Repositório Institucional PUC-Rio e ficarão embargados pelo período de tempo definido em contrato pelo periódico. Após o período de embargo, os artigos científicos depositados no RI serão disponibilizados em acesso aberto.

Pensando na criação de uma macro política, os autores consultados ressaltam a definição do caráter mandatório sobre a publicação dos resultados das pesquisas financiadas por agências de fomento. Destacando que o aspecto mandatório é mais eficiente que o voluntário em registrar a produção científica das instituições.

Dos padrões

A definição de padrões, conforme a literatura consulta englobará a escolha do software que indicamos o Dspace, por ser a plataforma mais utilizada, de fácil manuseio e customização e com layout atrativo para o usuário. Além disso, como é utilizado por um grande número de RI's a probabilidade de que um dia possa ser utilizado em rede, favorece sua escolha. Quanto aos metadados, indicamos os mais simples e de fácil manuseio para o usuário, facilitando seu auto arquivamento, a verificação e validação de metadados deverá ficar a cargo da Biblioteca.

Da preservação

Será necessário criar estratégias que contemplem migração e conversão de dados; atualização de suporte, atualização de software e de hardware, além do uso de identificadores persistentes, que identificam por nome global, único e persistente, e independente da localização, mesmo que o recurso não exista mais. Ele assegura, por intermédio de links sempre acionáveis, o acesso a recursos que tenham sido movidos. Exemplos: URN (Uniform Resource Name), PURL (Persistent URL), Handle System, DOI (Digital Object Identifiers), CrossRef e OpenURL .

Da política de acesso e uso

Neste tópico, utilizarei algumas perguntas formuladas pelos autores para propor:

- ✓ Quem pode depositar trabalhos no repositório institucional? Somente a comunidade PUC-Rio e seus membros poderão depositar trabalhos no RI.
- ✓ Tipos de materiais e objetos digitais que poderão ser incluídos? Proponho reuniões anuais do grupo relacionado ao RI para discussão e debate sobre novos formatos e materiais. Destaco ainda, a importância da comunidade neste tipo de decisão.
- ✓ O repositório institucional poderá ser utilizado para propósitos comerciais?
Não. O repositório institucional tem a função somente de preservar, organizar, disseminar e dar visibilidade à produção acadêmica, científica e intelectual dos pesquisadores da instituição.
- ✓ A coleção será formada por materiais depositados pelos próprios autores ou por terceiros que se responsabilizarão pelo depósito dos materiais dos autores?
Sugiro que esta decisão fique a cargo de cada departamento.
- ✓ Haverá aprovação prévia para a disponibilização do material?
Sim, a Biblioteca não detém direitos de autor e os casos específicos serão analisados e tratados mediante política. Sugerimos política de acesso aberto, salvo algumas exceções, que deverão ser analisadas.
- ✓ Os documentos depositados no repositório institucional poderão ser atualizados?
Deverá ser realizada análise do caso, mas inicialmente, pelo tipo de conteúdo que propomos isso não será possível e necessário.
- ✓ Quem será o responsável legal do repositório institucional?
Sugerimos uma responsabilidade compartilhada e respaldada entre as diversas instâncias e a Biblioteca.

Da sustentabilidade e do financiamento

Apontamos para a necessidade do apoio da administração da instituição e para a importância do alinhamento dos objetivos do repositório em conformidade com o planejamento acadêmico institucional. Como visto pela literatura descrita, os custos de um repositório institucional está relacionado principalmente, ao grupo de trabalho (técnicos e especialistas) e aos equipamentos.

O pessoal técnico é necessário para iniciar, customizar e manter o sistema, este grupo de trabalho já existe na DBD, a Seção de Automação, conta com profissionais capacitados para o auxílio e manutenção deste projeto. Quanto aos equipamentos e softwares requeridos, a DBD já tem a preocupação de manter seus equipamentos em

condições que atendam as suas demandas, realizando atualização de hardware e realizando pesquisas sobre o que se pode melhorar em questão de informática.

As definições da equipe e as decisões poderão ser tomadas de acordo com o contexto institucional e o ambiente de trabalho. Com os recursos que já disponibilizamos espero que o projeto de RI da PUC-Rio tenha custos acessíveis ou quase nenhum.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança na comunicação científica identificada pelos autores e a disseminação do Movimento Acesso Aberto e o alto custo das assinaturas fizeram surgir os repositórios institucionais. As universidades e as instituições de ensino, neste contexto, possuem grande responsabilidade para o sucesso do Movimento. No resultado da pesquisa deste Trabalho de Conclusão de Curso, é possível verificar a necessidade da criação de políticas para gerenciar e respaldar a criação dos repositórios institucionais, além de garantir o sucesso do empreendimento. Foi percebido que para uma boa utilização dos repositórios institucionais é necessário que a política seja elucidativa, clara e objetiva, devendo haver consenso entre todos os envolvidos na implementação do RI, pois evitará desgastes desnecessários de atenção, tempo e energia.

A influência da cultura organizacional no compartilhamento do conhecimento, a interpretação e a análise da cultura organizacional, demonstrou ter grande importância para a construção da política de RI, devendo interferir no tipo (mandatória ou voluntária). O presente trabalho mostrou a necessidade de realizar a conscientização dos autores de que o acesso aberto não apresenta conflitos com o interesse do autor, já que o RI não tem interesse comercial, somente conhecimento científico. Sendo este, um problema identificado em todos os repositórios institucionais analisados, quanto à sensibilização dos pesquisadores e professores no que tange o depósito dos trabalhos produzidos e o material passível de embargo ou segredo de patente.

Com resposta aos questionamentos sobre os conceitos para a formação das diretrizes, a pesquisa apontou que é necessária a interpretação destes conceitos e das diretrizes propostas pelos autores consultados, para que a política seja a mais completa e abrangente possível.

Finalizando, a pesquisa mostrou que, apesar das diretrizes, a importância da criação de política baseada no contexto organizacional e alicerçada dentro dos valores da instituição são aspectos importantes a serem observados e devem estar claros para seus usuários. Além disso, a redução de custo da implantação do RI, diante dos *softwares* livres e da estrutura indicada na literatura para o funcionamento é um dos grandes pontos positivos do Repositório Institucional. Mas o que se deve ter em mente para quando se propõe a criação de projeto como este é o comprometimento dos envolvidos e da instituição, pois através dele figura-se a imagem da organização.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. B. A. Open archive: via verde ou via dourada? **Ponto de Acesso**, Salvador, v.2, n.2, p. 127-137, ago. /set. 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1780>>. Acesso em: 03 maio 2015.

ANGELONI, Maria Terezinha; GROTTTO, Daniela. A Influência na Cultura Organizacional no Compartilhamento do Conhecimento. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 8, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/index.php/facesp/article/view/148>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

ARELLANO, Miguel Ángel Márdero; MORENO, Fernanda Passini. Publicação científica em arquivos de acesso aberto. **Arquivística**. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.76-86, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/propesq1/sobrelinks/arquivos/Publicacao_acesso_aberto.pdf >. Acesso em: 17 abr. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

BAPTISTA, A. A Comunicação científica: o papel da Open Archives Initiative no contexto do acesso livre. **Revista Eletrônica em Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2007. P. 1-17. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/377/435>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BUDAPESTE. **Iniciativa de Budapeste para el Acceso Abierto**, 2001. Disponível em: <<http://www.soros.org/openaccess/esp/read.shtml>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

CARVALHO, Lidiane dos Santos. **Informação, comunicação e inovação**. 2009. 136 f. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CAVALCANTI, Marcos; NEPOMUCENO, Carlos. **O Conhecimento em rede**: como implantar projetos de inteligência coletiva. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Campus, 2007. 134 p.

COSTA, Sely Maria de Souza. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em Revista**, v.4, n.2, set. 2008, p. 218-232. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/281>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

DE OLIVEIRA VEIGA, Viviane Santos *et al.* Repositórios Institucionais: avaliação da usabilidade na fundação Oswaldo Cruz. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 2013, Santa Catarina.

DRAKE, Miriam. Institutional Repositories: Hidden Treasures. **Searcher**, v. 12, n. 5, May, 2004. Disponível em: <<http://www.infotoday.com/SEARCHER/may04/drake.shtml>> Acesso em: 01 abr. 2015.

FREITAS, Maria Éster de; FLEURY Maria Tereza Lemes de. **Cultura organizacional**: formação tipologias e impactos. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, Atilio Bustos; PORCEL, Antonio Fernandez; JOHNSON. **Diretrizes para a criação repositórios institucionais nas universidades e organizações de educação superior**. 2007. Alfa Network Babel Library. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/13512/3/Directrizes_RI_portugues.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2015.

HARNAD, S. **Fast-Forward on the Green Road to Open Access**: the case against mixing up green and gold, 2005. Disponível em: <<http://arxiv.org/ftp/cs/papers/0503/0503021.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

HENNING, Patrícia Corrêa. **Micro e macropolíticas de informação**: o acesso livre à informação científica no campo da saúde no Brasil e em Portugal. 2013. 234 f. Tese (Doutorado) - Curso de Informação e Comunicação em Saúde, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2013.

JAMBEIRO, O. *et al.* Comunicação científica: estudo de caso sobre uma política de acesso aberto para a produção acadêmica. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 143-155, jul./dez. 2012.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

KURAMOTO, H. Acesso Livre. In: TOUTAIN, L. M. B. B. (Org.). **Para entender a ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2007. P.145-160.

KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n.2, p. 91-102, maio /ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a10v35n2.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2015.

_____. Acesso livre: caminho para maximizar a visibilidade da pesquisa. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, p. 861-872, jul./set. 2008b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v12n3/13.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

_____. Acesso livre à informação científica: novos desafios. **Liinc em Revista**, v.4, n.2, set. 2008, p. 154-157. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/281>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

_____. Ferramentas de software livre para bibliotecas digitais. In: MARCONDES, Carlos H., *et al.* **Bibliotecas Digitais: saberes e práticas**. Brasília: IBICT, 2005.

_____. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ci. Inf., Brasília**, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio /ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a10v35n2.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2015.

LE COADIC, Ives-François. **A ciência da Informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009.

LYNCH, C. A. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **ARL Bimonthly Report**, v. 26, 2003. Disponível em: <<http://www.arl.org/newsltr/226/ir.html>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

MARTINS, G. A. de; LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2000.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 268 p.

MEDEIROS, Simone Assis; FERREIRA, Patrícia Aparecida. **Implantação de repositório institucional**: o caso da Universidade Federal de Lavras. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/handle/1/4668>>. Acesso em: 28 maio 2015.

MORENO, Fernanda P.; LEITE, Fernando L.; ARELLANO, Miguel A. Acesso livre a publicações e repositórios digitais em ciência da informação no Brasil. **Perspectiva em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 82-94, jan., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a07.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a04v35n2.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

NUNES, Renato Reis; ALMEIDA, Carlos Henrique Marcondes de; WEITZEL, Simone da Rocha. **Diretrizes para formulação de políticas mandatórias para consolidação dos repositórios institucionais brasileiros**. 2012. 156 f. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

O'DELL, C; GRAYSON, C. J. If only we knew what we know: identification and transfer of internal best practices. **California Management Review**, Berkeley, v. 40, n. 3, p.154-174, Spring, 1998.

OLIVEIRA, Diogo Martins de. **Repositórios Digitais: contribuição para o acesso livre e aumento da visibilidade de publicações científicas**. 2013. 71 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

QUINN, R. E; KIMBERLY, J. R. **The Management of Transitions**. In **J. R. Kimberly & R. E. Quinn (Eds)**. New Future. The Challenge of Transition Management. New York: Dow Jones-Irwin, 1984.

ROCHA NETO, Ivan. **Gestão de organizações de conhecimento**. Brasília: Editora Universa, 2004. 356 p.

RODRIGUES, Eloy. **Kit de Políticas Open Access: Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal**. (2009) Disponível em:
http://projecto.rcaap.pt/index.php?option=com_remository&Itemid=2&func=startdown&id=97&lang=pt>. Acesso em: 01 maio 2015.

RODRIGUES, Tirza Cardoso Ferreira. **A gestão da informação empresarial: estudo de caso na Promon Engenharia Ltda**. 2013. 93 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ROSA, Flavia; MEIRELLES, Rodrigo França; PALACIOS, Marcos. Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia: implantação e acompanhamento. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 21, n. 1, 2011. Disponível em:
 <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4058>>. Acesso em: 28 maio 2015.

SANTOS, Paula Xavier dos *et al*. Política de Acesso Aberto ao Conhecimento: análise da experiência da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S.l.], v. 8, n. 2, may 2014. Disponível em:
 <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/633>>. Acesso em: 27 maio 2015.

SANTOS, Silvio Aparecido dos; LEITE, Nildes Pitombo; FERRARESI, Alex Dino. **Gestão do conhecimento: institucionalização e práticas nas empresas e instituições (pesquisas e estudos)**. Maringá: UNICORPORE, 2007. 262 p.

SAYÃO, Luís Fernando. Interoperabilidade das bibliotecas digitais: o papel dos sistemas de identificadores persistentes - URN, PURL, DOI, Handle System, CrossRef e OpenURL. **TransInformação**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 65-82, jan. /abr., 2007. Dispo-

nível em: <http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/index.php>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

SAYÃO, Luís Fernando. Uma outra face dos metadados: informações para gestão da preservação digital. Encontros Bibli: **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 15, n. 30, p. 1-31, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/issue/view/1412>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

SAYÃO, L. et. al (orgs). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. Universidade Federal da Bahia. Repositório Institucional. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

SILVA, Fernanda Pereira. **Tipologia da Cultura Organizacional**: um estudo quanto ao binômio flexibilidade-controle no curso de administração da UFPB. Dissertação. Mestrado em Administração. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2004.

SROUR, Robert Henry. **Poder, cultura e ética nas organizações**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, c1998. 337 p.

STRASSMANN, Paul A. **The politics of information management**: policy guidelines. Connecticut: Information Economics Press, 1994.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação Científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 10, n. 2, 2000. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/326/248>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

TOMAÉL Maria Inês; SILVA, Terezinha Elizabete da. Repositórios Institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 2007, Salvador.

TONET, H. O desafio de compartilhar e disseminar conhecimento nas organizações. In: ANGELONI, M. T. **Gestão do conhecimento no Brasil**: casos experiências e práticas de empresas públicas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

WEITZEL, Simone R. Fluxo da informação científica. In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da (Org.). **Comunicação & produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. P. 81-114.

_____. Iniciativa de arquivos abertos como nova forma de comunicação científica. SEMINÁRIO INTERNACIONAL LATINO-AMERICANO DE PESQUISA DA COMUNICAÇÃO, 3, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/6492/1/Simoneoai.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2015.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.



PORTARIA Nº. 024/2010

O **REITOR** da **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, **considerando** a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da produção científica e da memória cultural, artística técnica e tecnológica desta Instituição; **considerando** a necessidade de: **a)** preservar a produção científica; **b)** ampliar a visibilidade da produção científica, da memória cultural, artística técnica e tecnológica; **c)** potencializar o intercâmbio com outras instituições; **d)** acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas; **e)** ampliar o acesso à sua produção científica, cultural, artística e tecnológica; **f)** facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral; **g)** aperfeiçoar a gestão de investimentos em pesquisa, ensino e extensão;

RESOLVE:

Art. 1º - O grupo gestor da **Política do Repositório Institucional**, constituído através de portaria, fica encarregado do desenvolvimento, implantação e manutenção do **REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL** doravante, neste documento, denominado de "**RI**";

Art. 2º - O **RI** desenvolvido e alimentado pela comunidade científica institucional desta Universidade será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional;

Art. 3º - O **RI** deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives* (Arquivos Abertos).

Art. 4º - A comunidade científica institucional deverá publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre.

§1º - o aludido depósito deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 6 (seis) meses, a partir da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no **RI**;

§2º - na impossibilidade de realização do depósito devido às cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, a versão que foi submetida à revista



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Gabinete do Reitor

científica (*pre-prints*) assim como, as alterações propostas pela revista que o publicou;

§3º - ficam desobrigados de depósito no **RI**, os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

§4º - ficam desobrigados de depósito no **RI**, os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre;

§5º - ficam desobrigados de depósito no **RI** os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais;

Art. 5º - Todos os documentos que não se enquadrarem no especificados no "Art.4º, parágrafos 1º e 2º", e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram, a exemplo das teses e dissertações, por avaliação de uma banca de especialistas, deverão ser depositados no **RI**.

Art. 6º - Para facilitar o povoamento do **RI**, a Biblioteca Central ou qualquer outra Unidade desta Universidade poderá promover o registro da produção científica, mediante autorização dos autores efetuando a entrada de cada documento no **RI** ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Art. 7º - Para o fiel cumprimento desta política, estabelecer-se-á mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem evitar duplicações de esforços.

Publique-se, cumpra-se e registre-se.

Palácio da Reitoria, 07 de janeiro de 2010.


Naomar Monteiro de Almeida Filho
Reitor



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

RESOLUÇÃO CUNI Nº 082, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a Política Institucional de Informação da UFLA

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, no uso de suas atribuições regimentais, com amparo no parecer exarado pela Procuradoria-Geral da UFLA, e tendo em vista o que foi deliberado em sua reunião de 13/11/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Política Institucional de Informação da UFLA – PII/UFLA.

Art. 2º A Política Institucional de Informação da UFLA – PII/UFLA visa à criação do Repositório Institucional da Universidade e por meio dele garantir o acesso livre à produção intelectual da Universidade, respeitada a legislação aplicável.

§ 1º Considera-se produção intelectual toda e qualquer produção técnica, científica, artística ou cultural que, referendada por um processo de avaliação por pares, com critérios estabelecidos, seja publicada em meio impresso ou digital.

§ 2º O Repositório Institucional (RI) de que trata o *caput* é o sistema eletrônico que registrará toda a produção intelectual da UFLA, armazenada em formato digital, e permitirá a busca e a recuperação para seu posterior uso tanto nacional quanto internacional pela rede mundial de computadores.

Art. 3º São princípios fundamentais da Política Institucional de Informação da UFLA – PII/UFLA:

I - transparência, para tornar a produção intelectual amplamente disponível e acessível;

II - privacidade e respeito à garantia do sigilo comercial;

III - proteção da propriedade intelectual, em obediência às normas legais pertinentes à matéria; e

IV - segurança para garantir a autenticidade, a originalidade, a integridade e a segurança da produção intelectual depositada.

Art. 4º A Política Institucional de Informação da UFLA tem por finalidade:

I - divulgar toda e qualquer produção intelectual da UFLA, ressalvados os casos de obras protegidas por contrato de direito de propriedade intelectual ou que contenha invenções ou modelos de utilidade passíveis de patenteamento, nos termos da legislação aplicável;

II - preservar a produção intelectual da Universidade;

III - garantir, facilitar e ampliar o acesso à produção intelectual, observada a legislação que rege e disciplina a matéria;

IV - potencializar o intercâmbio da UFLA com outras instituições; e;

V - subsidiar a gestão de investimentos em pesquisa na Universidade.

Art. 5º Observada a legislação pertinente, toda a produção intelectual gerada pela UFLA poderá ser depositada integralmente no Repositório Institucional, devendo ser realizada imediatamente após sua aprovação para publicação, exceto nos seguintes casos:

I - quando caso fortuito impossibilitar o depósito imediato, o autor ou coautor terá um prazo máximo de até 6 (seis) meses da data de publicação da produção para depositá-la no Repositório Institucional;

II - quando se tratar de livros ou capítulos de livros, artigos publicados em revistas científicas com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativos a direitos autorais, ou documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteadas, ficam desobrigados de depósito integral e imediato no RI/UFLA.

Parágrafo único. Quando a disponibilidade integral do conteúdo em ambiente de acesso aberto constituir infração à licença concedida pelo autor ou por seus detentores, estes deverão do mesmo modo, ser imediata e obrigatoriamente depositados no RI assim que forem aceitos para publicação. No entanto, o acesso ao referido documento, será restringido pelo gerenciador do RI durante o prazo estabelecido pela política de restrições dos editores detentores de direitos autorais. Nesse caso, estarão acessíveis apenas os metadados que os descrevem.

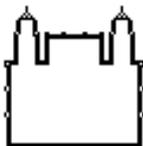
Art. 6º A aplicação do disposto nesta Resolução deverá observar os ditames impostos pelas Leis nºs 9.610/98, 10.973/04, 9.456/97, 9.609/98 e 9.279/96, e demais normas legais concernentes.

Art. 7º O Repositório Institucional (RI) mencionado nesta Resolução deverá ser objeto de norma específica aprovada pelo Conselho Universitário, observadas as disposições constantes nesta Resolução.

Art. 8º A Política Institucional de Informação da UFLA deverá ser revisada em até 180 dias.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO
Presidente



Ministério da Saúde

Fiocruz
Fundação Oswaldo Cruz

Número

329/2014-PR retificada por 382/2014-PR

Folha

1

De

10

Entrada em Vigor

Portaria da Presidência

O Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, no Uso de suas atribuições e da competência que lhe foi delegada pela Portaria do MS/nº 938, de 22.07.99,

RESOLVE:

1.0 – PROPÓSITO

Instituir a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, visando garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Fiocruz.

2.0 – OBJETIVO

Considerando a informação como um bem público e um dos determinantes sociais em saúde, os princípios da Constituição Brasileira, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o movimento global do acesso aberto ao conhecimento, bem como as diretrizes do Governo Federal para a sua promoção, que incluem a integridade da pesquisa realizada e publicada, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) vem, por meio desta Portaria, estabelecer sua Política de Acesso Aberto ao Conhecimento.

2.1. PRINCÍPIOS GERAIS

A democratização e a universalização do acesso ao conhecimento nas ciências e humanidades é condição fundamental para o desenvolvimento igualitário e sustentável das nações. O seu estabelecimento objetiva garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral da produção intelectual desenvolvida pela Fiocruz. A Política está alinhada e reforça as iniciativas internacionais e nacionais de apoio ao Acesso Aberto e à Integridade em Pesquisa.

A Política contribuirá para fortalecer os mecanismos de preservação da memória institucional e aumentar o acesso e o impacto da produção intelectual da Fiocruz, constituindo-se em um importante instrumento que promoverá, de forma organizada e reunida, a disseminação, acessibilidade e, conseqüentemente, visibilidade do conhecimento gerado na Instituição.

Cancela

Altera

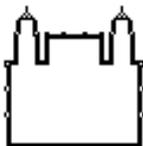
Distribuição

Geral

Data

31/03/2014

*CONFERE COM O ORIGINAL.



Ministério da Saúde

Fiocruz
Fundação Oswaldo Cruz

Número

329/2014-PR retificada por 382/2014-PR

Folha

2

De

10

Entrada em Vigor

Portaria da Presidência

A Fiocruz reconhece e respeita os direitos autorais, sejam eles morais ou patrimoniais, e demais direitos de propriedade intelectual em relação ao conhecimento produzido e também reconhece que é dever das instituições públicas assegurar que a sociedade tenha acesso ao conhecimento por elas produzido, refletindo o estabelecido na Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu artigo XXVII:

O acesso às obras intelectuais depositadas no Repositório Institucional Arca deverá observar as hipóteses legais de sigilo obrigatório vigentes, em especial as presentes nas leis:

- nº 9.279/96 (regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial)
- nº 9.609/98 (dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador)
- nº 10.973/2004 (dispõe sobre a inovação e a pesquisa científica e tecnológica)
- nº 12.527/2011 (regula o acesso a informações).

Assim, qualquer obra intelectual somente será considerada como de acesso aberto caso não esteja sujeita a qualquer determinação legal de sigilo ou restrições para disponibilização ao público geral. A obra intelectual, para fins da política institucional de acesso aberto da Fiocruz, é compreendida como toda a produção científica, técnica, tecnológica, cultural e didático-educacional da Fiocruz.

A Política tem caráter mandatório inicialmente no que se refere ao depósito no Repositório Institucional Arca das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-graduação da Fiocruz e dos artigos científicos publicados em periódicos. Resguardam-se aos autores os direitos morais e usos comerciais de suas obras. O depósito e disponibilização obrigatórios das dissertações e teses apoiam-se e são também regulados pelas normativas e recomendações da Capes. Respeita-se o período de embargo definido pelos periódicos. Após o período de embargo, os artigos científicos depositados no Repositório Institucional Arca serão disponibilizados em acesso aberto.

A Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz e o Repositório Institucional Arca contarão com diferentes mecanismos para garantir a sua implantação e operação.

A Política contemplará diferentes estímulos ao Acesso Aberto, como apoio financeiro institucional visando à publicação de artigos em Periódicos Científicos de Acesso Aberto.

Cancela

Altera

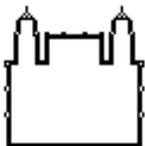
Distribuição

Data

Geral

31/03/2014

*CONFERE COM O ORIGINAL.



Ministério da Saúde

Fiocruz
Fundação Oswaldo Cruz

Número

329/2014-PR retificada por 382/2014-PR

Folha

3

De

10

Entrada em Vigor

Portaria da Presidência

2.2. POLÍTICA DE ACESSO ABERTO AO CONHECIMENTO

Capítulo 1. Definições e Objetivos

Art. 1º. A Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, parte integrante da Política de Informação e Comunicação da Fiocruz, busca garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Fiocruz.

Parágrafo Único - São objetivos da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz:

- I. Favorecer o acesso público e gratuito ao conhecimento produzido pela instituição;
- II. Preservar a memória institucional;
- III. Dar visibilidade e disseminar a produção intelectual;
- IV. Apoiar o planejamento e a gestão da pesquisa;
- V. Estabelecer diretrizes de registro e publicização da produção intelectual.

Art.2º. O Repositório Institucional Arca é o principal instrumento de realização do Acesso Aberto instituído por esta Política.

Parágrafo Único - O Repositório Institucional Arca é mantido pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), da Fiocruz. Sua função é hospedar, disponibilizar e dar visibilidade à produção intelectual da Instituição, reunindo-a em um único ponto de acesso, e estimular a mais ampla circulação do conhecimento, a fim de fortalecer o compromisso institucional com o livre acesso à informação científica em saúde, além de conferir transparência e incentivar a comunicação científica entre pesquisadores, educadores, acadêmicos, gestores, alunos de pós-graduação e toda a sociedade civil.

Art. 3º Para os fins desta política define-se como obra intelectual toda a produção científica, técnica, tecnológica, cultural e didático-educacional da Fiocruz.

Art. 4º. A Política de Acesso Aberto ao Conhecimento se aplica a toda obra intelectual:

- I. De autoria individual, em co-autoria e de autoria coletiva de profissionais da Fiocruz, e daqueles outros de qualquer forma vinculados à Instituição no momento da produção.

Cancela

Altera

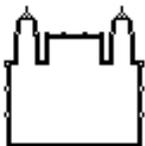
Distribuição

Geral

Data

31/03/2014

*CONFERE COM O ORIGINAL.



Ministério da Saúde

Fiocruz
Fundação Oswaldo Cruz

Número

329/2014-PR retificada por 382/2014-PR

Folha

4

De

10

Entrada em Vigor

Portaria da Presidência

II. Elaborada com recursos físicos ou financeiros ou, ainda, envolvendo os trabalhadores da Fiocruz ou produzida pelos autores no exercício da sua função, ainda que em parcerias com outras pessoas jurídicas ou físicas, públicas ou privadas.

Art. 5º Para os efeitos desta Política são considerados autores da Fiocruz os servidores, discentes e colaboradores, contratados direta ou indiretamente, e demais pessoas vinculadas de qualquer forma à Fiocruz.

Art.6º A Política de Acesso Aberto ao Conhecimento tem caráter mandatório. Dessa forma, é obrigatório o depósito no Repositório Institucional Arca das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-graduação da Fiocruz e dos artigos produzidos no âmbito da Fiocruz publicados em periódicos científicos.

§1º Esta Política se aplica, de forma não exclusiva, ao depósito de artigos científicos *postprint*, respeitado o período de embargo definido pelos periódicos que os publicaram. Após o período de embargo, os artigos científicos depositados no Repositório Institucional Arca serão disponibilizados em acesso aberto.

§2º O cumprimento do depósito no Repositório Institucional Arca propiciará a atribuição de vantagens aos autores na concorrência de editais internos ou de outros mecanismos de recursos próprios da Fiocruz.

§3º O disposto no *caput* dependerá da conclusão e implementação do Plano Operativo da Política de Acesso Aberto.

Art. 7º O acesso às obras intelectuais depositadas no Repositório Institucional Arca observará as hipóteses legais de sigilo vigentes, em especial as presentes nas leis:

- nº 9.279/96 (regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial)
- nº 9.609/98 (dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador)
- nº 10.973/2004 (dispõe sobre a inovação e a pesquisa científica e tecnológica)
- nº 12.527/2011 (regula o acesso a informações).

Cancela

Altera

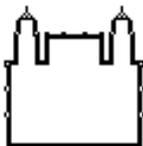
Distribuição

Data

Geral

31/03/2014

*CONFERE COM O ORIGINAL.



Ministério da Saúde

Fiocruz
Fundação Oswaldo Cruz

Número

329/2014-PR retificada por 382/2014-PR

Folha

5

De

10

Entrada em Vigor

Portaria da Presidência

Capítulo 2. Instâncias e Mecanismos de Governança

Art. 8º - A execução desta política é compartilhada pela Presidência e as unidades da Fiocruz.

Art. 9º - A Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz e o Repositório Institucional Arca contarão com a seguinte estrutura de governança: Comitê da Regulação da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento; Comitê Gestor do Repositório Institucional Arca; e Núcleos de Acesso Aberto ao Conhecimento (NAACs).

Parágrafo Único - Estas três instâncias de governança da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento atuarão de forma articulada e complementar, garantindo uma atuação integrada entre as unidades e a Presidência da Fiocruz.

Art. 10 - O Comitê da Regulação da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento é a instância responsável pela supervisão e acompanhamento da execução desta Política. Este Comitê é coordenado pela Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação (VPEIC) e constituído por:

- I. Um representante da Rede de Bibliotecas da Fiocruz;
- II. Um representante do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict);
- III. Um representante do Sistema Gestec-NIT;
- IV. Um representante do Comitê de Integridade em Pesquisa da Fiocruz indicado pela Vice-Presidência de Pesquisa e Laboratórios de Referência (VPPLR);
- V. Um representante de cada uma das seguintes Unidades: Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz (CPqGM); do Instituto Oswaldo Cruz (IOC); da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP); da Casa de Oswaldo Cruz (COC); Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) e da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV).

Parágrafo Único - A representação das unidades e os seus suplentes será feita pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz e terá mandato de dois anos. Nesta composição, deverá fazer parte obrigatoriamente um representante de uma unidade regional.

Art. 11 - O Comitê Gestor do Repositório Institucional Arca é a instância responsável pela coordenação, gestão, operação, participação e adesão ao Repositório em articulação com os NAACs. Tem por objetivo definir as linhas de ação, plano de trabalho e operação do Repositório Institucional Arca e garantir o alinhamento operativo entre as unidades.

Cancela

Altera

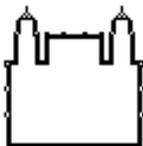
Distribuição

Geral

Data

31/03/2014

*CONFERE COM O ORIGINAL.



Ministério da Saúde

Fiocruz
Fundação Oswaldo Cruz

Número 329/2014-PR retificada por 382/2014-PR	
Folha 6	De 10
Entrada em Vigor	

Portaria da Presidência

Parágrafo Único - Este Comitê é coordenado pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) e constituído por uma coordenação técnica e pela equipe executiva do Repositório Institucional Arca localizada naquele instituto.

Art. 12 - Cabe ao Comitê da Regulação da Política e ao Comitê Gestor promover anualmente a apresentação e a análise da condução e desempenho do Repositório Institucional Arca, no âmbito das Câmaras Técnicas de Informação e Comunicação, de Ensino e de Pesquisa, com o objetivo de garantir amplo debate no que se refere ao seu funcionamento e sua adequação e alinhamento à Política de Informação e Comunicação da Fiocruz.

Art. 13 - O Núcleo de Acesso Aberto ao Conhecimento (NAAC) é a instância responsável no âmbito de cada unidade pela coordenação, gestão, operação, participação, promoção e acompanhamento da adesão ao Repositório Institucional Arca. Entre essas ações estão a reunião, a alimentação e o encaminhamento da produção intelectual das unidades. O NAAC deve ser coordenado por uma instância de Direção de cada unidade, de acordo com a especificidade da sua estrutura organizacional (Vice-Diretor de Pesquisa, Ensino, Desenvolvimento Institucional, Desenvolvimento Tecnológico, ou de Informação e Comunicação) e orienta-se que seja garantida em sua composição a participação de um representante da assessoria de pesquisa, da secretaria acadêmica, de profissionais da área de informação (preferencialmente bibliotecário), da biblioteca de referência da unidade, de gestão de documentos ou representação do serviço ou núcleo de gestão de documentos da unidade, quando houver, de tecnologia da informação e uma representação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da unidade, quando houver.

§ 1º- É de responsabilidade de cada NAAC garantir a qualidade e a autenticidade dos dados e do material depositados no Repositório Institucional Arca;

§ 2º- Caberá ao NAAC a gestão da produção científica em período de embargo;

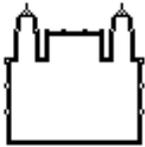
§ 3º- A atuação do NAAC será detalhada no Plano Operativo do Repositório Institucional Arca.

Art. 14 - A gestão financeira do Repositório Institucional Arca será feita com recursos da Fiocruz especificamente alocados para esta finalidade.

§ 1º- A Presidência da Fiocruz é responsável pela provisão de recursos para a recuperação do passivo da produção científica institucional anterior à implementação desta política;

Cancela	Altera	Distribuição Geral	Data 31/03/2014
---------	--------	------------------------------	---------------------------

*CONFERE COM O ORIGINAL.



Ministério da Saúde

Fiocruz
Fundação Oswaldo Cruz

Número

329/2014-PR retificada por 382/2014-PR

Folha

7

De

10

Entrada em Vigor

Portaria da Presidência

§ 2º- O Icict é responsável pelo desenvolvimento tecnológico e metodológico para a operação e manutenção do Repositório Institucional Arca.

Capítulo 3. Diretrizes de Operação do Repositório Institucional Arca

Art. 15 - Os objetos digitais do Repositório Institucional Arca podem conter texto, imagem e áudio.

Art. 16 - A gestão operacional do Repositório Institucional Arca é responsabilidade do Icict, de forma compartilhada com todas as unidades.

Art. 17 - O Repositório Institucional Arca é estruturado em comunidades para a organização da informação e da produção científica de cada unidade. Cada comunidade representa uma unidade da Fiocruz, e o gestor de cada comunidade deve ser necessariamente um dos componentes do NAAC.

Art. 18 - O Comitê Gestor, integrado pela coordenação técnica e equipe executiva do Repositório Institucional Arca, é a instância responsável pela definição de diretrizes técnicas, produção de relatórios, gestão e criação de novas comunidades e coleções de todas as unidades técnico-científicas da Fiocruz.

Art. 19 - O Repositório Institucional Arca deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais que possibilite automaticamente a inclusão e coleta da produção intelectual pertinente, observando em especial os protocolos e padrões definidos no modelo *Open Archives Initiative* (OAI).

Art. 20- A captura dos registros da produção científica será executada por meio de um conjunto de estratégias diferenciadas que serão aplicadas de acordo com a necessidade de cada unidade, com o apoio do Comitê Gestor.

Parágrafo Único - Será adotado preferencialmente o autoarquivamento, quando os autores preencherem os metadados e farão o depósito do objeto digital. As bibliotecas e os gestores das comunidades atuarão como facilitadores no autoarquivamento.

Cancela

Altera

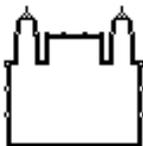
Distribuição

Geral

Data

31/03/2014

*CONFERE COM O ORIGINAL.



Ministério da Saúde

Fiocruz
Fundação Oswaldo Cruz

Número

329/2014-PR retificada por 382/2014-PR

Folha

8

De

10

Entrada em Vigor

Portaria da Presidência

Capítulo 4. Direitos e Deveres dos Autores

Art. 21- Os autores deverão ceder à Fiocruz, gratuita e não exclusivamente, os direitos de utilização não comercial das obras intelectuais, durante o prazo de vigência dos direitos autorais, em qualquer meio ou veículo, inclusive e, principalmente, o digital, em todos os países e idiomas, para fins de disponibilização pública gratuita e de utilização não comercial, reservados aos autores os direitos morais e os usos comerciais das obras intelectuais de que forem autores ou titulares.

§ 1º A cessão feita à Fiocruz pelos autores autorizará a utilização não comercial, gratuita, não exclusiva, em caráter permanente e irrevogável, da obra disponível no Repositório Institucional Arca, por qualquer pessoa, física ou jurídica.

§ 2º A permissão de uso inclui os direitos de reproduzir, exhibir, executar, declamar, expor, arquivar, inserir em bancos de dados, difundir, distribuir, divulgar, disponibilizar, emprestar, traduzir, incluir em novas obras ou coletâneas, ou qualquer forma de utilizar o material disponibilizado, desde que não haja finalidade comercial e sejam respeitados os direitos morais, dando-se os devidos créditos aos autores originais.

§ 3º Será possível, desde que assim solicitado pelo autor, e definido no seu termo de cessão, a disponibilização da obra intelectual no Repositório Institucional Arca com uma cessão mais ampla, que inclua, por exemplo, os usos comerciais.

§ 4º As obras intelectuais depositadas, em acesso aberto, no Repositório Institucional Arca, poderão ser utilizadas gratuitamente por qualquer pessoa física ou jurídica, para fins privados, pessoais, educacionais, de pesquisa, científicos, informativos, de arquivamento, preservação, difusão, divulgação, demonstração, disponibilização ou quaisquer outras finalidades não comerciais.

Art. 22- Os pedidos de patente de invenção e modelo de utilidade, registro de desenho industrial e registro de marca deverão ser depositados, em acesso aberto, no Repositório Institucional Arca após a sua publicação pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

Art. 23- Os artigos científicos publicados em periódicos com restrição de acesso deverão ser depositados no Repositório Institucional Arca e ficarão embargados pelo período de tempo definido em contrato pelo periódico. Após o período de embargo, os artigos científicos depositados no Arca serão disponibilizados em acesso aberto.

Cancela

Altera

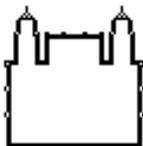
Distribuição

Geral

Data

31/03/2014

*CONFERE COM O ORIGINAL.



Ministério da Saúde

Fiocruz
Fundação Oswaldo Cruz

Número

329/2014-PR retificada por 382/2014-PR

Folha

9

De

10

Entrada em Vigor

Portaria da Presidência

Art. 24- Os editais, convênios, contratos, regimentos internos das unidades e de seus programas de pós-graduação e quaisquer instrumentos jurídicos publicados pela Fiocruz deverão ser adequados a esta Política, no que couber, ressalvadas as hipóteses de sigilo da informação previstas em lei.

Art. 25- Ficam reservados aos autores todos os direitos morais, bem como os usos comerciais sobre as obras de sua autoria, salvo as exceções previstas em lei ou em instrumentos contratuais.

Capítulo 5. Do Estímulo e do Financiamento

Art. 26- Os autores deverão publicar, preferencialmente, em periódicos de acesso aberto ou que façam constar em seus contratos de publicação a necessidade do depósito e disponibilização de artigos publicados (*postprint*) em repositórios de acesso aberto.

Art. 27- A adesão à Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz visa:

§ 1º Favorecer o acesso público e gratuito ao conhecimento produzido pela instituição;

§ 2º Aumentar a visibilidade e citações das obras científicas produzidas na Fiocruz;

§ 3º Estimular a maior participação de autores da Fiocruz nas concorrências de editais das agências de fomento, em que o depósito em repositório institucional é condição para inscrição;

§ 4º Otimizar o gerenciamento, salvaguarda e preservação digital e autoral da Fiocruz;

§ 5º Consolidar o Repositório Institucional Arca como o instrumento de gestão da informação científica da Instituição. O Arca é a referência para todos os processos institucionais que necessitem de informação sobre a produção científica como, por exemplo, avaliação de desempenho, avaliação dos programas de pós-graduação, planejamento, dentre outros.

Art. 28- O financiamento institucional visando à publicação das obras intelectuais da Fiocruz em Periódicos Científicos de Acesso Aberto que exijam pagamento de valores financeiros pelo processamento de artigos, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, será definido em regulamento próprio.

Cancela

Altera

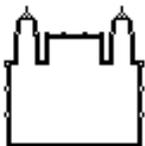
Distribuição

Geral

Data

31/03/2014

*CONFERE COM O ORIGINAL.



Ministério da Saúde

Fiocruz
Fundação Oswaldo Cruz

Número

329/2014-PR retificada por 382/2014-PR

Folha

10

De

10

Entrada em Vigor

Portaria da Presidência

Art. 29- A política editorial da Fiocruz, adotada pela Editora Fiocruz e pelos Periódicos Científicos e de Divulgação Científica, deverá estar alinhada às diretrizes estabelecidas nesta Política.

Art. 30- O Comitê da Regulação da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento é a instância responsável pela definição de outros mecanismos de estímulo e promoção desta Política.

Capítulo 6 – Disposições finais

Art. 31- Os casos não descritos nesta Portaria serão apreciados pelo Comitê da Regulação da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento desta Política.

Art. 32- Esta Política entrará em vigência no ato de sua publicação.

Cancela

Altera

Distribuição

Geral

Data

31/03/2014

*CONFERE COM O ORIGINAL.